

## *A Revista Catolicismo e o dispositivo anticomunista na década de 1960*

Ianko Bett<sup>1</sup>

DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhranpuh.v9i25.31089>

**Resumo:** O artigo analisa as principais divergências e conflitos presentes na Revista Catolicismo ao longo da década de 1960, com o objetivo de compreender a forma através da qual o dispositivo anticomunista passou a ser inserido no bojo dos embates. Serão analisados os confrontos empreendidos por Catolicismo contra a Juventude Universitária Católica – JUC e contra o Deputado Democrata Cristão André Montoro; contra o diretor da Revista católica polonesa Kierunky; contra o Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre D. Vicente Scherer e o confronto contra a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. Para dar conta desse empreendimento pretende-se identificar os principais motivos/posturas que implicaram na deflagração das querelas político-doutrinárias e analisar como a prática discursiva anticomunista, através de diversos dispositivos inerentes, foi consubstanciada nesses processos.

**Palavras chave:** Revista Catolicismo; dispositivo anticomunista; prática discursiva.

### **Catolicismo Journal and the anti-communist device in the 1960s.**

**Abstract:** The paper aims to analyse the main divergences and conflicts present in Catolicismo Journal throughout the 1960s, in order to understand the form through which the anti-communist device came to be inserted in the bulge of clashes. Will be analyzed clashes undertaken by Catolicismo against the Catholic University Youth (JUC) and against the congressman of Party Christian Democrat André Montoro; against the head of the Polish Catholic magazine Kierunky; against Porto Alegre Metropolitan Archbishop D. Vicente Scherer and confrontation against the National Confederation of Bishops of Brazil - CNBB. To realize this project aims to identify the main reasons / positions that resulted in the deflagration of political and doctrinal quarrels and analyze how the anti-communist discursive practice, through various attached devices, was consubstantiated in these processes.

**Keywords:** Catolicismo Journal; anti-communist device; discursive practice.

### **La Revista Catolicismo y el dispositivo anti comunista en la década de 1960**

**Resumen:** El artículo analiza las principales diferencias y conflictos presentes en la Revista *Catolicismo* a lo largo de la década de 1960, con el fin de comprender la forma en que el dispositivo anti comunista llegó a ser insertada a raíz de los enfrentamientos. Serán analizados enfrentamientos llevadas a cabo por *Catolicismo* contra la Juventud Universidad Católica - JUC y contra el diputado demócrata cristiano André Montoro; contra el jefe de la revista católica polaca Kierunky; contra el

<sup>1</sup> Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Encarregado do Setor de Pesquisa e História do Museu Militar do Comando Militar do Sul– MMCMS. E-mail: [ibett@bol.com.br](mailto:ibett@bol.com.br)

Arzobispo Metropolitano de Porto Alegre D. Vicente Scherer y la confrontación en contra de la Conferencia Nacional de Obispos de Brasil - CNBB. Para realizar este proyecto tiene como objetivo identificar las principales razones / posiciones que dieron lugar a la aparición de disputas políticas y doctrinales y analizar cómo la práctica discursiva anti comunista, a través de diversos dispositivos conectados, se encarna en estos procesos.

**Palabras – clave:** Revista Catolicismo; dispositivo anti comunista; práctica discursiva.

Recebido em 23/02/2016 - Aprovado em 07/03/2016

## Introdução e considerações teóricas

Editada desde 1951, a Revista *Catolicismo* foi o berço dos membros que, em parceria com Plínio Corrêa de Oliveira e os Bispos D. Geraldo de Proença Sigaud e D. Antônio de Castro Mayer fundaram, em 1960, a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (SBDFTP ou TFP). Nesse contexto, a TFP foi uma das instituições brasileiras mais engajada em questionar os “avanços” (grifos meus) do catolicismo no período e denunciar a “infiltração comunista” nos mais diversos setores. De acordo com Gizele Zanotto (2007), a acusação pública dos inimigos foi uma prática intrínseca da atuação tefepista, centrada na concepção integrista<sup>2</sup> de denunciar e perseguir qualquer ação considerada ilegítima, visando, com isso, impedir qualquer mudança que ameaçasse a integridade da religião católica. Com uma periodicidade mensal, a Revista *Catolicismo* foi o principal veículo de propagação das ideias tefepistas, que contava também com inúmeras comunicações em jornais, conferências, livros, etc. de seu líder máximo, Plínio Corrêa de Oliveira, e nas manifestações e cartas pastorais de D. Sigaud e D. Castro Mayer, dois importantes membros da Entidade.

A historiografia pertinente ao tema tem demonstrado que o comunismo se tornou alvo das mais diversas construções textuais, sendo a manifestação anticomunista objeto de uma regularidade discursiva, delineada a partir de aproximações e trocas de experiências entre grupos católicos – sociabilidade anticomunista – que também possibilitou a emergência do *dispositivo de saber* anticomunista – ensinar e esclarecer, para si mesmas e para seus leitores, sobre as possibilidades do comunismo (BETT, 2015). Neste trabalho buscar-se-á analisar o anticomunismo sob outro aspecto inerente à construção discursiva, qual seja, a forma através da qual o *dispositivo anticomunista* foi inserido na dinâmica dos confrontos estabelecidos entre o Grupo de *Catolicismo* com seus adversários,

<sup>2</sup>Os católicos inseridos na cosmovisão integrista caracterizam-se por negarem a historicidade, por recusarem a modernidade em defesa da tradição, detendo-se na mentalidade medieval. Conforme Zanotto (2007, p. 04) “trata-se de uma corrente doutrinária do catolicismo que prima pela luta contra o mal que há cinco séculos destrói a Cristandade a Revolução, pela defesa incondicional e absoluta ao papado, e pelo estímulo a uma intervenção política ativa dos católicos nas instituições visando cristianizá-las”. Ainda, para a autora (2001, p. 194), os integristas se caracterizam por serem “contrários a qualquer forma de modernismo — cultural, político, econômico, social -, a única solução aceitável seria um retorno à ordem social cristã, em especial, a urna ordem baseada na cristandade medieval do século XIII, quando a Igreja desempenhou um papel de ordenadora da sociedade e possuía influência em todos os âmbitos da comunidade fazendo prevalecer, assim, a tradição cristã em toda esfera social.”

ou aqueles que passaram a ser entendidos enquanto tais, na medida em que foram oponentes em intensas confrontações e discórdias. Com isso, pretende-se, identificar quais foram os principais motivos/posturas que implicaram na deflagração das querelas políticas e doutrinárias e analisar como a prática discursiva anticomunista, através de diversos *dispositivos* inerentes, foi consubstanciada nesses processos.<sup>3</sup>

O suporte que balizará o entendimento da noção de *dispositivo* será buscado nos desenvolvimentos teóricos de Michel Foucault, especialmente aquele desenvolvido na obra “A Vontade de Saber” (1988). Nesse momento do desenvolvimento de suas pesquisas, a definição se ampliou para além da questão unicamente discursiva<sup>4</sup> e passará a ser entendida enquanto uma “rede”, cujo estabelecimento se dá a partir de uma interligação entre “um conjunto de discursos, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas”, enfim, tudo aquilo que faz parte do “dito e o não-dito” (discursivo e não discursivo), elementos que “intervieram em uma racionalidade, em uma organização” (MACHADO, 1999, p. 140).<sup>5</sup>

Deslocando e se apropriando dessa noção teórica para os pressupostos desta pesquisa, e tendo como base estudos qualitativos e quantitativos da manifestação anticomunista em *Catolicismo*<sup>6</sup>, é possível afirmar que a regularidade discursiva anticomunista foi constituída pela formação de uma rede heterogênea que, por definição, abarcou os mais diversos temas, enunciados e instituições, possibilitando condições de irrupção do *dispositivo anticomunista*<sup>7</sup>. Em uma palavra, a regularidade discursiva anticomunista passou a ser constituidora de *dispositivos* na medida em que houve a necessidade de separar um de seus elementos constituintes a fim de intervir numa realidade objetiva, cujos embates com o Grupo de *Catolicismo* foram elementos base dessa constituição.

Passando em revista nas matérias que fizeram parte do periódico na década de 1960, é possível elencar um significativo número de exposições demarcadas com a tônica do conflito. Por isso, a Revista *Catolicismo* pode ser um meio privilegiado para acompanhar como se desenvolveu uma das facetas da configuração do ambiente político naquele contexto, tendo em vista que as confrontações desencadeadas no período estiveram inseridas nas problemáticas inerentes às desavenças suscitadas pelas diferentes perspectivas, tanto aquelas advindas do campo católico quanto do campo político.

<sup>3</sup>O presente artigo é uma versão atualizada de parte do segundo capítulo da tese de doutorado intitulada “*Catolicismo e Cruzada: Revistas católicas e o imaginário anticomunista no Brasil e Argentina (1960-1967)*”.

<sup>4</sup>Cabe destacar que a noção de *dispositivo* foi substituindo a noção de *episteme* empregada por Foucault naquela que é considerada a primeira fase de sua produção (As Palavras e as Coisas, Nascimento da Clínica, História da Loucura e Arqueologia do Saber). A diferença básica entre as noções é que *episteme* é um dispositivo especificamente discursivo, enquanto o *dispositivo* abarca além da questão discursiva, todo o espectro não discursivo (instituições). (REVEL, 2005)

<sup>5</sup>Sobre os deslocamentos da noção de *dispositivo* em Foucault, ver Revel (2005), Machado (1999), Foucault (1988).

<sup>6</sup> Sobre este estudo ver em Bett (2014).

<sup>7</sup>Para Foucault, os *dispositivos* (aqui sendo pensado especificamente para a questão anticomunista) possuem uma natureza, respondem a uma urgência e a uma função estratégica (MACHADO, 1999).

O cenário político brasileiro a partir do ano de 1963 sofrerá um divisor de águas no que se refere ao início do processo de desestabilização democrática do país. O Governo de João Goulart, que nesse ano passou a ter plenos poderes (depois do plebiscito que instaurou a volta do presidencialismo) acabou sendo alvo de uma campanha operacionalizada por diversos setores, incluindo alguns grupos que faziam parte do catolicismo. Tanto setores que engendraram quanto aqueles que apenas apoiaram a sua destituição, em março de 1964, argumentavam, grosso modo, que afastar Jango do poder era uma medida necessária para salvar o país do comunismo.

No campo católico por sua vez, as apropriações e ressignificações das então recentes “Encíclicas Sociais” do Papa João XXIII e de algumas das decisões do Concílio Vaticano II estremeceram o relacionamento entre os católicos considerados conservadores – resistentes e fechados para as “novidades” – e os católicos considerados progressistas – simpatizantes e promotores das mudanças. Os primeiros viam na prática dos segundos um conjunto de ações que implicavam diretamente numa relativização da estrutura hierárquica do catolicismo, abrindo as portas da instituição para novidades que, grosso modo, contribuiriam para o descambar da instituição em práticas que poderiam fragilizar a sua própria existência institucional, com especial ênfase nas apropriações de toda uma gama de novas teorias sociais, sendo a influência da renovação marxista a maior de todas as preocupações.

Os confrontos analisados a seguir serão apresentados dentro da cronologia com que irromperam e estarão inseridos, portanto, na lógica conflitiva que marcou o cenário político e católico dos anos 60 no Brasil<sup>8</sup>. Os embates empreendidos por *Catolicismo* contra a Juventude Universitária Católica – JUC e contra o Deputado Democrata Cristão André Montoro; contra o diretor da Revista Kierunky, jornal católico da Polônia, considerado de perspectiva “esquerdista”; contra o Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre D. Vicente Scherer, mobilizado a partir da instauração de um Inquérito Policial Militar – IPM para investigar os quadros da Ação Católica sul rio-grandense e o confronto contra a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, desenvolvido com base nas divergências acerca da legalização do divórcio, todos esses confrontos serão analisados dentro das suas especificidades

Aprender as singularidades discursivas no modo como o perigo comunista foi encarado, em diferentes contextos e por diferentes atores, a partir da demarcação pública daqueles setores considerados inimigos serão questões levantadas pelo artigo. O argumento é que a Revista *Catolicismo*, ao utilizar do expediente de acionamento e inserção do *dispositivo anticomunista* nos confrontos, pode estabelecer as bases de sustentação e arregimentação de um processo de demarcação daqueles grupos/sujeito/partidos considerados inimigos, através de uma relação direta com a problemática comunista. Em outras palavras, precisou-se apresentar (aos leitores, colaboradores e a sociedade católica em geral) a face objetiva dos inimigos, em quais termos eram sustentadas as suas

---

<sup>8</sup>Entretanto, cabe ressaltar, as confrontações se interpuseram cronologicamente, o que denota o grande investimento do periódico nessa prática, além de evidenciar o poder combativo inerente aos postulados integristas, convergidos na luta anticomunista

periculosidades e possibilidades, numa relação que envolvia o estabelecimento de conexões entre discursos e práticas consideradas de matriz essencialmente comunista, colocando em funcionamento processos de exclusão e desqualificação dos seus adversários, mas, sobretudo, permitindo clarificações, classificações e caracterizações dos grupos/sujeitos/partidos que deveriam permanecer do outro lado da fronteira – simbólica e/ou concreta – daqueles considerados autênticos católicos.

## 1 Revista *Catolicismo* e a “3ª Via”, nem capitalista nem comunista

A coluna permanente da Revista *Catolicismo* “Reforma Agrária Questão de Consciência em 30 dias” da edição 140, publicada em agosto de 1962<sup>9</sup>, deu início a um conjunto de matérias que demarcaram os embates do Grupo de *Catolicismo* contra dois dos segmentos que concentravam membros do catolicismo leigo naquele contexto: a Juventude Universitária Católica – JUC e o Partido Democrata Cristão – PDC. Os primeiros momentos desse confronto se caracterizaram por uma participação indireta da Revista, na medida em que serviu apenas como um veículo que publicou as matérias relativas ao embate demarcando, entretanto, seu posicionamento, que ficou explicitado justamente na forma (especialmente a escolha das matérias e os títulos escolhidos nas publicações) com que as matérias foram publicadas.

A coluna supracitada tratou basicamente da transcrição de uma “mensagem” de 600 universitários de Minas Gerais cujo destino era a JUC de São Paulo. A “mensagem” solicitava que a entidade paulista respondesse a uma interpelação baseada em nove temas, e que desse conta, na sua resposta, de explicitar o significado da sua posição política de “3ª Via”<sup>10</sup>, adotada publicamente naquele contexto. Na perspectiva dos estudantes mineiros, como também do grupo de *Catolicismo*, essa 3ª posição necessitava maiores esclarecimentos, uma vez que levantava a suspeita de sua inclinação ao comunismo:

A JUC diz adotar uma terceira posição. A única defesa desta posição em face das suspeitas contra ela lançadas estaria pois em enunciar pormenorizadamente no que ela consiste. Silenciar sobre isso é inexplicável, sobretudo numa organização de jovens que pretende apresentar uma fórmula

<sup>9</sup>Em outubro de 1960, os principais líderes da Revista *Catolicismo* (e também da TFP brasileira) Plínio Corrêa de Oliveira, D. Sigaud e D. Castro Mayer, em parceria com o economista Luis Mendonza de Freitas, publicaram aquela que seria uma de suas principais obras, considerada nos meios católicos tradicionais um “best seller” no âmbito dos livros técnicos sobre o tema da Reforma Agrária. Denominado “Reforma Agrária questão de Consciência”, este livro inaugurou uma série de publicações que repercutiram a luta contra a Reforma Agrária empreendida pela TFP brasileira, não somente na década de 1960, mas, inclusive a década de 1980. A partir do mês de outubro de 1961, na edição 130, a Revista passou a publicar a coluna “RA-QC em 30 dias” tendo em algumas edições (especificamente a partir de outubro de 1963) um apêndice que levava o subtítulo “Outras Notas Anti-socialistas”.

<sup>10</sup>A ideia da “3ª Via” não foi um fenômeno exclusivo da década de sessenta. Desde a sua fundação (pós 2ª Guerra Mundial), o PDC se apresentou como um movimento político distinto daqueles que até então figuravam no cenário político, apresentando-se como uma “3ª Via”, uma alternativa entre o capitalismo liberal e a doutrina socialista revolucionária. (COELHO, 2003)

nova, e que justamente em razão dessa fórmula nova é acusada de comunista. (REFORMA, Nº 140, 1962)

A semente da desconfiança em relação à “3ª via” e àqueles que aderiam essa posição estava posta. Após um intervalo de mais de um ano da publicação dessa primeira matéria, a confrontação foi recuperada, a partir de outubro de 1963, através de uma interpelação direcionada ao deputado Democrata Cristão André F. Montoro<sup>11</sup>, por este ter proferido um pronunciamento em artigo publicado no jornal “O Estado de São Paulo” (do dia 4 de julho de 1963) em que apresentava adesão à “3ª via”, nos mesmos moldes daquele anunciado pela JUC. Nesse pronunciamento, o Deputado também teria se referido ao livro RAQC, obviamente assumindo uma postura de contrariedade, e explicitou a sua opção, em relação à Reforma Agrária, no modelo defendido pela “3ª via”, ou seja, “nem comunista e nem capitalista”. A interpelação ao Deputado se configurou numa cobrança por uma definição do que significaria, de fato, a sua opção: “[...] o que é essa famigerada posição democrata-cristã, nem comunista nem capitalista? [...] No que é ela conforme e no que é contrária ao capitalismo? No que ela é conforme e no que é contrária ao comunismo?” (Editorial, Nº 154, 1963).

Essa nova interpelação foi produzida contra o referido deputado, mas trouxe as mesmas nove questões direcionadas aos membros da JUC, inclusive a interpelação contra a entidade leiga foi referida por diversas vezes no texto. Trouxe também, pode-se dizer, as mesmas insinuações e as possibilidades de se reproduzirem o mesmo efeito de verdade: de que alinhar-se com a fachada da “3ª via”, necessariamente, faria eco às premissas comunistas.

Conforme acontecia com as interpelações produzidas pelos grupos tradicionalistas, ou a eles vinculados, como é o caso dos estudantes mineiros, antes de serem enviadas aos seus destinatários, elas passavam por um processo de coletas de assinaturas com vistas a demonstrar que suas causas possuíam significativa representatividade em diversos segmentos da sociedade. Na interpelação direcionada ao deputado do PDC não foi diferente. Entretanto, chama atenção que, nessa oportunidade, houve o registro de um incidente que resultou numa agressão contra um dos membros que executava a coletava de assinaturas, assim narrado na matéria: “Elementos de diversas correntes esquerdistas procuraram dificultar e mesmo obstar violentamente aquele pedido de um esclarecimento sobre assunto de tão grande alcance” (Editorial, Nº

<sup>11</sup>Em meados da década de cinquenta, o PDC contou em seus quadros com importantes militantes vindos de um agrupamento oriundo de São Paulo, a Vanguarda Democrática (VD). Tais militantes contribuíram decisivamente na alteração programática, a qual deu um caráter mais preciso para a Terceira Via pedecista. A VD era composta por democratas cristãos fundamentados no pensamento de Jacques Maritain. Jacques Maritain (1882 — 1973) nasceu na França, era católico convertido do protestantismo. Em 1936, publicou *Humanismo integral*, em 1943, *Cristianismo e democracia*, em 1944, *Princípios de uma política humanista*; e em 1959, *O homem e o Estado*. Suas obras fundam muitas propostas políticas da Terceira Via da DC. A DC brasileira era formada por militantes católicos que atuaram em organizações como a Ação Católica Brasileira e a Juventude Universitária Católica (JUC). Contava com figuras como Franco Montoro, Antônio Queiroz Filho, Plínio Santos de Arruda Sampaio e outras. (COELHO, 2003)

154, 1963). Essa agressão e o próprio assunto da interpelação passaram a ser explorados pela própria Revista *Catolicismo* e por alguns órgãos de imprensa, inclusive canais de televisão de Minas Gerais. De outubro de 1963 até janeiro de 64, de forma ininterrupta e, ainda em setembro de 1964, o tema da “3ª via” acabou se tornando um dos principais assuntos na Revista *Catolicismo*, instaurando o embate contra o PDC, a JUC e as entidades do apostolado dos leigos em geral. Invariavelmente, o tema foi recuperado e difundido, sob as mais diferentes formas, mas todas elas acabaram tendo uma mesma identidade discursiva, qual seja, a possibilidade de que o alinhamento com a “3ª força” necessariamente suscitaria um maior poder de difusão do ideário comunista, além do fato de chamar atenção para os diversos segmentos – notadamente aqueles que compunham as entidades do apostolado dos leigos – que adeririam ao modelo, fragilizando, portanto, a resistência anticomunista dentro do próprio catolicismo.

Antes de passar por uma análise pormenorizada dos embates em questão, cabe salientar que, a partir desse período, intensificou-se a forma com que os quadros do apostolado dos leigos passaram a ser incluídos, pelos setores tradicionalistas, no rol daquelas entidades consideradas perigosas por quanto das suas possíveis afinidades com o ideário marxista<sup>12</sup>. Por isso todo esse processo de confrontação, inaugurado em agosto de 1962, com intensa continuidade a partir de outubro de 1963, pode ser inserido na lógica conflitiva e polarizada que caracterizou os últimos meses do governo de João Goulart, uma vez que sua repercussão acabou ultrapassando o “limite” temporal do 31 de março.<sup>13</sup>

A leitura gráfica das matérias que repercutiram o confronto, nas cinco edições de *Catolicismo* (agosto de 1962; outubro de 1963 a janeiro de 1964; e setembro de 1964), pode ser um primeiro ponto a ser levado em conta, tendo em vista que permite verificar uma das facetas com que a problemática da “3ª via” acabou sendo incorporada ao discurso anticomunista. Na matéria do “RAQC em 30 dias”, de agosto de 62, desde o texto introdutório, que se propôs a informar ao leitor o sentido daquela publicação, demarca, de modo incondicional, o apoio da Revista à causa dos universitários mineiros:

A imprensa de todo o País publicou com destaque a mensagem que 600 universitários de Minas Gerais dirigiram à JUC paulista. Pela cortesia de seus termos e pela importância das questões que ventila, essa mensagem tem

<sup>12</sup>Nesse contexto, a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Estudantil Católica (JEC), com seus quadros cada vez mais preenchidos por estudantes oriundos da UNE (União Nacional dos Estudantes), passaram a defender teses cada vez mais esquerdistas. Em 1962, boa parte desses estudantes romperam com a hierarquia fundando a Ação Popular (AP) que, durante o Governo de João Goulart, em aliança com o PCB, elegeram os presidentes da UNE. (FERREIRA e GOMES, 2014)

<sup>13</sup>Não é objeto do artigo analisar as edições de *Catolicismo* publicadas nos meses imediatamente anteriores e posteriores ao Golpe de 64, que também investiram na denúncia da “infiltração marxista” nos setores dos católicos leigos e deram visibilidade para confrontos abertos, tendo como pano de fundo as denominadas Reformas de Base de Jango. Cabe destacar, entretanto, que o terreno de preparação para essas futuras investidas discursivas anticomunistas, que demarcaram os lugares assumidos pelo anticomunismo no contexto do Golpe, foi pavimentado com base nestas e outras confrontações que o precederam.



recebido elogios de figuras de relevo do jornalismo nacional. Os meios interessados aguardam com animada expectativa a resposta que os jucistas de São Paulo não duvidarão, por certo, em dar aos seus colegas do Estado montanhês. (REFORMA, N° 140, 1962)

Interessante notar que, mesmo que os temas elencados no questionário, direcionado à JUC paulista e posteriormente repetidos na interpelação ao Deputado do PDC, estivessem sob a premissa de um “amistoso” esclarecimento, é possível perceber que, invariavelmente, eles se tornaram muito mais acusações do que propriamente indagações. As perguntas propostas já denunciavam, nesse sentido, a profunda influência comunista na postura da “3ª via”.

Por outro lado, grande parte dos temas projetados no questionário foram aqueles que constantemente eram problematizados e desenvolvidos por ocasião das formulações discursivas anticomunistas, por exemplo, a possibilidade de coexistência entre cristianismo e socialismo, propriedade privada, as reformas (agrária, industrial, urbana, universitária) relação patrão/operários, relação do Brasil com países comunistas, legalização do PCB, influência comunista na UNE. Portanto, mesmo que, textualmente, o objetivo da interpelação fosse provocar possíveis esclarecimentos sobre do que se tratava a “3ª via”, a narrativa possível de ser lida, a partir dos enunciados contidos em cada uma das questões, apontam necessariamente para o reconhecimento da “3ª via” como uma face comunista, de fato.<sup>14</sup>

O *contexto gráfico* das matérias do embate em questão apresentou algumas características que podem revelar o esforço editorial em insistir no relacionamento e na estreita vinculação da “3ª via” com algumas das práticas e concepções consideradas de matriz comunista. Essa análise, portanto (formatação gráfica das matérias), com especial ênfase nos termos e conteúdos dos títulos e subtítulos, permite considerar que o leitor, mesmo não se dedicando à leitura completa das matérias, não teria dificuldade em compreender que a postura da “3ª via” necessariamente se apresentava com algumas características que poderiam ser remetidas ao comunismo, como se pode apreender nos exemplos elencados abaixo:

- Na primeira matéria (edição 154), o título (em negrito) *“Para desvendar um enigma: em que consiste a 3ª posição”*, que ocupou toda a extensão da parte superior da página, foi acompanhado pela seguinte chamada: *“Brutal agressão contra um estudante que queria saber mais”*. Abaixo, na mesma página, ilustrando o título “Brutal agressão”, foi colocada uma

---

<sup>14</sup>Esse reconhecimento acabou ganhando novas configurações nas matérias que deram continuidade à divulgação da polêmica: na edição 154, que publicou a interpelação ao deputado Montoro; na edição 155, que também repercutiu o embate, focalizando a agressão do estudante; na edição 156, que projetou um conflito estabelecido entre o Grupo de *Catolicismo* com outro grupo católico, responsável pela edição de um diário da região Nordeste do país, também sob o pano de fundo da “3ª via”; na edição 157, em que, mais uma vez, o deputado Montoro foi alvo das investidas dos estudantes, por conta das suas respostas à interpelação e, na edição 165, em que na própria matéria de capa, mais uma vez o tema da “3ª via”, foi colocado como uma pauta principal.



imagem do suposto agredido, em um leito de hospital. Ao lado dessa imagem, o texto da interpelação, na íntegra, sob o título *“A interpelação ao Deputado André F. Montoro”*.

- Na segunda matéria (edição 155), o título *“Murro brutal para responder a interpelação doutrinária: continua repercutindo a injustificada agressão”*.

- Na terceira matéria (edição 156), o título *“3ª Posição: É proibido perguntar”*, seguido de seus subtítulos *“Terceira posição coletivista”* e *“Tentativa de resposta que agrava a situação”*.

- Na quarta matéria (edição 157), o título *“As ambiguidades da terceira posição focalizadas numa resposta irresponsável”* seguido dos seguintes subtítulos: *“3ª Posição e Socialismo”*, *“3ª Posição e Capitalismo”*, *“3ª Posição e Comunismo”* e *“O PDC e as Ideias”*.

- Na quinta matéria (edição 165), cuja publicação se deu na capa da edição, foi projetado o título *“A Terceira-Força Católica e seu Exotérico Princípio de Socialização”* tendo, no desenvolvimento do texto, os sugestivos subtítulos: *“Socialização Inspiradora de Reformas e Ideologias Sociais”*, *“Terceira Força e Socialismo”*, *“Terceira Força aliada do Leviatã Totalitário”*. Além disso, na parte inferior da capa, uma nota foi publicada contendo a chamada (em negrito), também sugestiva, *“Enquanto progredia a subversão janguista”*.

Outro ponto a ser analisado, além da disposição gráfica, é o próprio conteúdo dos textos dessas matérias, pois a partir deles é possível visualizar a forma com que diferentes temáticas foram apropriadas para dar suporte às assertivas que atribuíam a posição de “3ª via” como sendo variação de uma das possíveis antessalas da instauração definitiva do comunismo. Para o Grupo de *Catolicismo*, por exemplo, o incidente, que redundou na agressão ao estudante mineiro, demonstrava a “verdadeira” face, o “verdadeiro” modo de agir dos sujeitos que aderiam à denominada “3ª via”, a qual assumia um conjunto de enunciados que remetiam ao comunismo:

Queremos chamar atenção dos leitores para o estranho procedimento de certos partidários da ‘terceira força’ democristã: ou se conservam em um mutismo nada esclarecedor de sua posição, ou levam o ardor pela não definição ao extremo de usar violência física contra aqueles que desejam ser esclarecidos [...] a Nação tem o direito de saber para onde a desejam conduzir. (EDITORIAL, N° 154, 1963)

Na matéria do articulista Cunha Alvarenga, que repercutiu o editorial do jornal católico nordestino (edição 156), no qual reprovou o “processo inquisitório” e se propôs a responder ao questionário proposto pelas interpelações, também é possível encontrar outros elementos que foram agregados na arregimentação do discurso anticomunista contra aqueles que aderiam abertamente à “3ª via”. O principal desses elementos disse respeito às constantes disputas pela legitimidade da postura teórica da doutrina social católica que, com a publicação de documentos pontifícios e a própria realização do Concílio Vaticano II, uma série de considerações discursivas e não discursivas foram mobilizadas sob a ótica anticomunista.

Nesse sentido, o jornal católico “nordestino” (assim referido na matéria), no texto do seu editorial, teria relacionado a postura da “3ª via” na mesma base de sustentação teórica daquela que entendia ser a posição própria da Igreja Católica, especialmente no sentido da sua equidistância entre os sistemas capitalista e comunista: “Logo de início, o editorial afirma que mostram ignorância ou má fé os que não veem que ‘a posição não capitalista e não comunista é a própria posição da Igreja’” (ALVARENGA, Nº 156, 1963). Para Cunha Alvarenga, a possibilidade de se compreender a realidade da doutrina católica nos termos defendidos pelo jornal católico, naquele contexto, resultaria na tese (equivocada, a seu ver) de que os sistemas capitalista e comunista se consubstanciariam de uma mesma essência, se diferenciando apenas em seus métodos. Esse modelo de interpretação, que poderia desarticular, ainda mais, um conjunto de possibilidades de resistência aos postulados comunistas, foi completamente rejeitado pelo autor, entendendo que a teoria da “equidistância” nada mais era do que o desejo de seus defensores de “se aproximarem do socialismo marxista, para o qual adoçam os olhos e estendem a mão, ao mesmo tempo que se afastam de um sistema econômico cujos defeitos podem ser corrigidos [...]” (ALVARENGA, Nº 156, 1963).

Cunha Alvarenga não mediu esforços para ressaltar as diferenças entre os sistemas se apoiando, como era de praxe entre setores tradicionalistas, nos textos pontifícios (notadamente dos Papas Pio XI e Leão XIII). Em relação ao sistema capitalista, afirmou: “Tem o regime capitalista elementos fundamentais [...] que decorrem da própria lei natural e que são frontalmente combatidas pelo regime comunista [...] em outras palavras, em sua essência o regime capitalista é justo” (ALVARENGA, Nº 156, 1963). Por seu turno, na análise do sistema comunista, também se baseando e citando os textos pontifícios, defendeu que o comunismo “não reconhece ao indivíduo, frente à coletividade, nenhum direito natural da pessoa humana [...] tudo isso que os homens chamam autoridade e subordinação deriva da coletividade como de sua primeira e única fonte” (ALVARENGA, Nº 156, 1963). E como ficaria a denominada “3ª via” nesse cenário? De acordo com o articulista de *Catolicismo*, ela se travestia de postulados comunistas, na medida em que os defensores dessa posição desejariam “que através de reformas de estrutura impostas coercitivamente por leis e decretos, a terra e a indústria, isto é, os meios de produção, pertençam sempre a uma comunidade de pessoas” (ALVARENGA, Nº 156, 1963). Para o autor não restava dúvida das coincidências entre a “3ª via” e o comunismo, e sua indagação deixa isso explícito: “não é esta uma das razões centrais por que, segundo a doutrina social exposta por Pio X, o comunismo, como regime econômico, é intrinsecamente perverso?” (ALVARENGA, Nº 156, 1963).

Anteriormente foi mencionado o quanto os confrontos estabelecidos sob a denominada “3ª via” acabaram, juntamente com outros tantos, por desencadear uma série de produções discursivas anticomunistas cujos enunciados denunciavam uma “contaminação” dos quadros internos do catolicismo, notadamente no apostolado dos leigos, e que essas querelas acabaram sendo reproduzidas no contexto imediatamente anterior ao golpe de 1964, também sofrendo profunda influência do contexto de mudanças doutrinárias do catolicismo. A análise realizada até aqui demonstra claramente

que a matéria de Cunha Alvarenga também pode ser colocada no rol dessas produções discursivas, tendo em vista que ela condensou esses dois cenários (conflito interno do catolicismo e influência marxista nos setores leigos) colocando em pauta a influência dessa “nova” configuração política (da 3ª via) no catolicismo:

Se apesar de se levantarem vozes corajosas para repor a verdade em seu devido lugar, contra traduções e interpretações tendenciosas dos documentos pontifícios, ainda há quem ouse apresentar a “Mater et Magistra” como bandeira dessa “terceira posição” nitidamente socialista, é fácil de imaginar como a confusão criada pelas hostes do esquerdismo católico seria infinitamente maior se lhes deixasse campo livre para sua desenvoltura em “adaptar” os textos às exigências da causa progressista. (ALVARENGA, N° 156, 1963)

Da mesma forma, a matéria da edição 157, de janeiro de 1964, em que o objeto principal se concentrou em rebater aquelas que seriam as respostas do deputado Montoro à interpelação, também incorporou aspectos da disjunção católica daquele contexto, na medida em que, por diversas passagens do texto, o *dispositivo* anticomunista foi acionado para demarcar contrariedade aos argumentos de que as ideias da “3ª via” eram baseadas exclusivamente em documentos pontifícios. Neste aspecto, o texto do abaixo assinado se dirigiu ao deputado da seguinte maneira: “V. Excia se diz inspirado nas Encíclicas. Bom seria que tivesse citado o texto pontifício em que se baseia. Pois o livro ‘Reforma Agrária-Questão de Consciência’, baseado também em documentos pontifícios, assevera o contrário” (AS AMBIGUIDADES, N° 157, 1964). Em outra passagem, essa mesma questão também foi abordada, e, em ambas, ficou escancarada e defendida a vinculação das ideias da “3ª via”, defendidas pelo deputado, estando em estreita ligação com o ideário comunista, partindo do pressuposto da ilegitimidade dos seus argumentos: “Declarou V. Excia que sua ‘terceira posição’ não comunista e nem capitalista, é pura e simplesmente a da Igreja [...] Permita-nos afirmar que os Papas não são anticapitalistas. E que, em consequência, o apelo ao pensamento dos Papas não esclarece a posição de V. Excia” (AS AMBIGUIDADES, N° 157, 1964).

Conforme mencionado no início desta parte do artigo, a semente da desconfiança em relação aos posicionamentos de parte dos grupos do apostolado dos leigos, que aderiram abertamente à “3ª via”, havia sido plantada. A partir de toda uma conjuntura daqueles anos 60, em que a tônica do conflito foi preponderante, caracterizando o cenário político aqui abordado, a semente da desconfiança paulatinamente se transformava numa certeza: a de que o comunismo, cada vez mais, ganhava espaço entre a sociedade brasileira, inclusive entre os próprios membros do catolicismo.

A “3ª via” e seus adeptos passaram a ser vistos como uma das principais formas de facilitação desse processo. A matéria de capa da edição 165, de *Catolicismo*, trouxe mais um elemento que pode corroborar para o entendimento de como se deu as inserções do *dispositivo* anticomunista na consolidação desse *imaginário*. O anúncio da proposta principal que seria trabalhada na matéria já sinalizava que, mesmo depois da deflagração do Golpe de 64, as interpelações contra a JUC e o PDC ainda faziam sentido para concentrar os esforços na luta contra os setores leigos do catolicismo: “Tentar remediar o silêncio e a confusão e lançar alguma luz sobre os problemas deixados na obscuridade pela terceira-força” (VITA, N° 165, 1964). A suposta participação dos “simpatizantes” da “3ª via” enquanto segmentos diretamente responsáveis pelas “agitações” e “subversões” no processo que desencadeou no golpe de 1964 tornou-se uma das principais questões exploradas nessa matéria. Em duas passagens isso pode ser claramente verificado. Em primeiro lugar, a nota, publicada na capa, com o seguinte conteúdo:

Enquanto a subversão janguista ia progredindo – até chegar ao auge quando na sede do Sindicato dos Metalúrgicos ferveu a rebelião de praças e graduados da Marinha de Guerra (clichês) – a terceira-força demo-cristã colaborava com a esquerda na tarefa comum da “socialização” e investia contra os defensores da boa causa. (VITA, N° 165, 1964)<sup>15</sup>

O trecho inicial do texto da matéria também aponta para o mesmo sentido:

Na fase conturbada da vida política brasileira que precedeu à revolução de 31 de março, não faltaram esforços para clarificar a confusão de ideias promovidas pelos agentes da subversão ou pelos inocentes úteis, a respeito dos mais graves problemas político-sociais debatidos em nosso país. (VITA, N° 165, 1964)

Como é possível perceber através do decurso analítico até aqui desenvolvido, que teve como base esse primeiro embate da Revista *Catolicismo*, a regularidade discursiva que se apropriou do enunciado da “3ª via” – vista enquanto facilitadora da “infiltração” comunista, dentro e fora do catolicismo – ganhou em densidade, principalmente em momentos centrais da vida política brasileira naqueles anos sessenta. Nesse sentido, seus efeitos, suas proposições de verdade, novas apropriações e reestruturações poderão ser apreendidos em dois diferentes processos: a disjunção interna do catolicismo e o golpe de

---

<sup>15</sup>Cabe destacar que essa citação recebeu um “apoio” gráfico com a inserção de duas imagens (lembrando que isso foi na capa da edição) em que os marinheiros, que se rebelaram, apareciam em posição de protesto. Sobre a revolta dos marinheiros e sua importância na deflagração do Golpe de 1964 ver Motta (2002); Ferreira e Gomes (2014).

1964. A “3ª via”, o “esquerdismo católico” e o “progressismo”, todas essas denominações foram constantemente apropriadas e passaram a propor significados, alimentando a construção de novas facetas do imaginário anticomunista.

## 2 “Carta Aberta para além da Cortina de Ferro”

Em agosto de 1963, a Revista *Catolicismo* oferecia aos seus leitores mais uma obra de autoria de Plínio Corrêa de Oliveira, denominada “Liberdade da Igreja no Estado Comunista” (adiante LIEC). Essa publicação foi reeditada e ampliada, sendo mais uma vez estampada na capa do mensário brasileiro em maio de 1964<sup>16</sup>. Foi a partir da publicação LIEC, notadamente a partir de maio de 1964, que a Revista *Catolicismo*, especialmente através de um de seus principais líderes, Plínio Corrêa de Oliveira, viu-se em uma nova frente de combate contra grupos considerados adversários, desta feita tendo como alvo o Sr. Z. Czajkowski, diretor da Revista “Kierunki”, periódico católico, considerado de “cunho” esquerdista, editado na capital da Polônia, Varsóvia.

O desatinar de mais essa querela foi a publicação, na capa da Revista polonesa (na edição de março de 1964) de uma “carta aberta” direcionada a Plínio, cujas considerações expostas refutavam, em diversos aspectos, o estudo LIEC. Para o líder católico polonês, esta obra serviu de pretexto para grupos extremistas desencadearem uma “nova guerra sob a senha de uma ‘cruzada’ contemporânea, anticomunista [...] um alimento precioso para argumentação deles [...]” (CZAJKOWSKI, N° 170, 1965).

A partir de maio de 1964, em que uma pequena nota mencionou a “carta aberta”, trazendo a imagem de capa do periódico polonês, até fevereiro de 1965, *Catolicismo* publicou diversas matérias que repercutiram a confrontação. Nessa nota, intitulada “*Atrás da Cortina de Ferro*”, foram expostas considerações que indicavam a tonalidade do debate que estaria por vir, especialmente pela caracterização pejorativa imposta à situação política do país (*cortina de ferro*), bem como pela qualificação imposta aos posicionamentos adversários:

Repercutiu também atrás da cortina de ferro o estudo do Prof. Plínio Corrêa de Oliveira sobre “A Liberdade da Igreja no Estado Comunista”. O importante jornal “Kierunki”, órgão da extrema esquerda “católica” da Polónia, publicou em sua edição de 1ª de março p. p. uma “Carta Aberta ao Dr Plínio Corrêa de Oliveira”, na qual o Sr. Z. Czajkowski procura refutar aquele estudo, em sua primeira redação. (ATRÁS, N° 161, 1964)

Além desse primeiro momento, sinalizando para a arregimentação de uma confrontação em curso, a querela envolvendo os respectivos líderes católicos foi

<sup>16</sup>Edição em que o periódico tratou com prioridade os acontecimentos relativos ao golpe de Estado de março de 1964.

desenvolvida em mais cinco edições de *Catolicismo*, a partir de *matérias* que informaram, inclusive, a repercussão do confronto em periódicos católicos franceses.<sup>17</sup>

Cabe ressaltar que esta seção não tem por objetivo adentrar nos pormenores dessa discussão e percorrer todo o decurso argumentativo dos autores, mesmo porque, em muitas passagens, o debate ficou restrito em torno de questões puramente retóricas – essa análise extrapolaria os limites deste trabalho. Por isso, propõe-se levantar e analisar os pontos da inserção do *dispositivo anticomunista* nesse confronto e como eles, em seu conjunto, puderam contribuir para o processo de desqualificação de todos os possíveis católicos que, de um modo ou de outro, relativizavam ou foram indiferentes à problemática que envolvia a relação Igreja/Comunismo.

Pretende-se, de outra parte, analisar de que forma essas inserções carregavam consigo um arcabouço de novas *representações* referentes ao comunismo, suas possibilidades, estratégias e consequências. Mesmo que o debate tenha se desenvolvido com um grupo católico localizado em outro país, tem-se por hipótese que o objetivo primordial de toda profusão discursiva produzida em torno dessa polêmica pode ter tido a intenção de clarificar a periculosidade das ideias dos católicos progressistas e suas consequências no processo de “infiltração” comunista, questões que estariam profundamente relacionadas ao cenário político e religioso nacional.

A primeira manifestação de Plínio em resposta à “carta aberta” que lhe foi direcionada se deu na capa da edição de junho de 1964 e foi intitulada “*Carta Aberta para além da Cortina de Ferro*”. Foi o início de um amplo (e franco) debate, no qual ambas as publicações católicas abriram espaço para as considerações do oponente – aspecto que pode ser considerado um modelo de atuação que caracterizou a Revista *Catolicismo* nos anos sessenta, ou seja, reproduzir, na própria Revista e na íntegra, as considerações e argumentações dos seus adversários. Tratou-se, portanto, de uma primeira resposta direcionada ao Grupo do Jornal “Kierunki”, especificamente ao seu diretor Z. Czajkowski.

Um primeiro ponto em que se visualiza uma efetiva inserção do *dispositivo anticomunista* no bojo dessa confrontação pode ser encontrado logo no início da matéria, quando Plínio esclareceu ao seu oponente o que teria motivado o atraso (de praticamente dois meses) na emissão da sua resposta. Nessa passagem chama atenção a forma com que o autor enxergou o processo político brasileiro, demonstrando-se claramente aliviado com a efetivação da derrubada de João Goulart através do golpe de 1964, como sendo

<sup>17</sup>A publicidade dessa “polêmica”, em *Catolicismo*, se deu na seguinte ordem cronológica: Edição 161, de maio de 1964, publicando a nota acima transcrita; Edição 162, de junho de 1964, publicando a primeira resposta de Plínio à “carta aberta” que lhe foi direcionada; Edição 164, de agosto de 1964, publicando a matéria do articulista Cunha Alvarenga (esse articulista desenvolveu diversas considerações sobre a revista ICI e o Grupo “Pax”, ambas relacionadas diretamente com a posição “esquerdista” da revista Kierunki); As Edições 165 e 166, respectivamente de setembro e outubro de 1964, publicando opiniões favoráveis e contrárias oriundas de periódicos católicos franceses; e, por fim, a edição 170, de fevereiro de 1965, publicando a réplica do diretor da revista polonesa, datada de setembro de 1964, e, na matéria de capa, a resposta de Plínio (foi considerada uma “2ª carta aberta para além da cortina de ferro”), datada de janeiro de 1965, respondendo à última carta do Sr. Z. Czajkowski.

uma antítese da realidade “dolorosa” da Polônia, demarcando, deste modo, toda a positividade no processo que resultou no golpe, e como esse aspecto representava um conjunto de ações consideradas legítimas do ponto de vista anticomunista:

Se lhe respondo com atraso – do que peço me escusar – a razão está nos gravíssimos acontecimentos que recentemente abalaram o meu País. Todos os católicos dignos deste nome estiveram, aqui, muito absorvidos por esses acontecimentos que, graças a Deus, conseguiram evitar para o Brasil a dolorosa situação em que jaz a sua nobre e tão simpática Nação. (OLIVEIRA, N° 162, 1964)

Também pode ser pertinente recuperar como as *representações* anticomunistas foram operacionalizadas quando da tentativa de caracterizar o comportamento “passivo” de Z. Czajkowski em relação aos chefes comunistas, bem como a forma com que construía suas argumentações para a formatação do seu ideário de católico “progressista”. Para Plínio, a postura assumida pelo seu oponente era resultado de uma influência direta e profunda do comunismo, cuja força, nem sempre manifesta, invadia até a alma da sua vítima, impelindo-a a agir exclusivamente de acordo com os ditames dos “vermelhos”, em detrimento da “verdadeira” postura católica. A passagem abaixo pode sintetizar essas questões, além de deixar estabelecido mais um ponto que diferenciava as duas perspectivas no modo de resistir ao comunismo:

O simples fato de que um católico possa chegar até este ponto, prova que a força de penetração dos regimes comunistas na própria alma dos fiéis pode ser imensa. No Sr., ela o foi. Isto o impede inteiramente de entender bem o sentido dos textos pontifícios que cita para sobre eles apoiar a sua argumentação. Esses textos induzem à paz com toda a sua força. Mas de modo nenhum insinuam que a paz é o bem supremo ao qual o homem deve sacrificar as leis mais essenciais da moral, que lhe vedam fazer ao comunismo as concessões que este exige da Igreja. (OLIVEIRA, N° 162, 1964)

A passagem supracitada também deixa muito claro que as investidas de Plínio Corrêa de Oliveira se deram sob a perspectiva do crescimento e mobilização dos setores católicos “esquerdistas”, que, nessa querela, foram personificadas na Revista Kierunki e em seu líder. Esse cenário também foi o fomentador de novas assertivas anticomunistas, arregimentadas com base naquela que seria a “nova tática” comunista naquele contexto, a denominada “coexistência pacífica”, amplamente “denunciada” no LIEC.



A Polônia e todas as questões que envolviam a atuação dos católicos nesse país, inclusive as polêmicas em torno das denúncias do Cardeal Wyszyński – de controle e perseguição religiosa executada pelos comunistas –, estavam no centro das atenções dos grupos tradicionalistas e foram apropriadas e ressignificadas como forma de aumentar o conjunto de caracterizações negativas impostas ao comunismo e aos comunistas. De outra parte, também entraram no bojo dessas denúncias a cooperação de alguns católicos com o regime comunista, aspecto que relacionava diretamente o grupo da Revista Kierunki com o movimento denominado “Pax” (presumidamente considerado um órgão da polícia secreta polonesa), evidenciando e ressaltando, portanto, sua faceta “esquerdista”:

Ex se, neste caso, tivesse achado útil indicar um exemplo concreto, nenhum teria sido mais típico que o do movimento "Pax", do qual depende o jornal "Kierunki" em que o Sr. colabora. "Pax" é bem vista pelo governo, pode usufruir de grandes propriedades, difunde-se por toda a Polônia. Numa palavra, apesar de eventuais complicações com as autoridades [...] o seu movimento obteve dos comunistas que estão no poder uma situação assaz privilegiada, o que significa que estes têm para com os Srs. sentimentos muito benevolentes. (OLIVEIRA, N° 162, 1964)

Por isso, pode não ter sido obra do acaso que *Catolicismo* publicou, em agosto de 1964 – em meio à polêmica em curso –, a matéria de capa intitulada “O Grupo Pax e Informations Catholiques Internationales: Progressistas franceses em conluio com órgão da polícia secreta polonesa”, de autoria do articulista Cunha Alvarenga. Mesmo não fazendo nenhuma menção direta à querela entre Plínio e seu oponente polonês, essa matéria apresentou o *modus operandi* do Grupo “Pax”, demarcando-o, de maneira ainda mais intensa se comparada às investidas de Plínio, enquanto um movimento formado por católicos progressistas e que também, entre outras caracterizações, era considerado um “órgão do aparelho policial” do Estado Comunista da Polônia.

Incidindo diretamente na cooperação de católicos com o comunismo, reafirmando e confirmando as palavras da “carta aberta” de Plínio, Cunha Alvarenga também chamou atenção para outro aspecto da periculosidade que o movimento “Pax” representava naquele contexto: sua influência e apoio dos movimentos católicos “esquerdistas” de outras partes do mundo: “Com efeito, o perigo do movimento Pax reside [...] no apoio que lhe emprestam os meios esquerdistas católicos do Exterior [...]”. Essa questão, é preciso salientar, esteve diretamente vinculada à problemática da “coexistência pacífica”, com a visão que o desenvolvimento deste ideário poderia diminuir a resistência católica frente às investidas comunistas:

Pax se beneficia da ignorância de certos meios católicos ocidentais com relação ao que tomou habito de chamar “a experiência polonesa da coexistência”, mas também do silêncio forçado dos Bispos, Sacerdotes e leigos poloneses que se recusam a fornecer quaisquer informações sobre a “realidade polonesa” [...]. (ALVARENGA, N° 164, 1964)

Foi exatamente no sentido acima mencionado, ou seja, fazendo eco às denúncias da “nova” tática comunista em promover a consolidação de sua doutrina, através da “coexistência pacífica”, que o jornal católico francês "L'Homme Nouveau", no editorial publicado em junho de 64, saiu em defesa das argumentações colocadas por Plínio na sua “carta aberta”, contrariando os argumentos do seu adversário polonês:

É, assim, indesculpável a posição dos chamados católicos de esquerda que se prestam a esse jogo de falsa conciliação, pretendendo mostrar à grande massa dos fiéis, conforme escreve o Sr. Z. Czajkowski, que, "sendo-se católico, pode-se ao mesmo tempo realizar a concepção socialista do desenvolvimento social e econômico do próprio país". (JORNAL, N° 165, 1964)

É possível observar, até este momento da análise, que o embate entre a Revista *Catolicismo* e a Revista Kierunki teve como pauta principal a questão da “Coexistência Pacífica”, sendo a concepção desta uma das principais causas da discórdia. De um lado, os setores tradicionalistas denunciando que a aceitação desse ideário poderia abrir uma nova porta facilitadora da “infiltração” comunista e, de outro, os setores progressistas que consideravam a colaboração com os comunistas pautada sobre premissas que defendiam o regime socialista como sendo o mais eficaz para o desenvolvimento econômico e social.

Nas argumentações dos progressistas, a atitude negativa dos comunistas em relação à religião poderia ser atenuada no momento em que a Hierarquia católica reconhecesse os valores sociais contidos no regime social e econômico do socialismo, conforme defendeu Czajkowski em uma de suas respostas à Plínio: “Reconhecendo estes valores, não exprimiria ela do melhor modo o universalismo cristão? É de prever que, numa situação tal, um Estado governado pelo partido marxista da classe operária não terá necessidade de limitar a influência da Igreja” (CZAJKOWSKI, N° 170, 1965).

No conjunto de argumentações dos setores tradicionalistas, por outro lado, cada vez mais se empregava a visão de que qualquer situação de provação, por mais intensa que fosse, seria mais digna do que deixar o destino da religião sob a tutela dos comunistas, ou seja, total contrariedade às postulações que entendiam resultar da “coexistência pacífica”. Inclusive, cabe destacar, uma das conclusões do LIEC ganhou ampla simpatia em diversos segmentos dos tradicionalistas: a defesa de que, dentro de um

cenário hipotético, até mesmo uma guerra “termonuclear” seria preferível a ter que subjugar a fé católica ao Estado Comunista.

Interessante perceber, nesse sentido, o quanto a regularidade discursiva produzida em torno das possíveis consequências da difusão da “coexistência pacífica” acabou permeando os mais diversos setores do catolicismo mundial, promovendo e instigando que novas formulações discursivas fossem produzidas. Tornou-se primordialmente necessário falar, argumentar, esclarecer e refutar a “coexistência pacífica” em todos seus aspectos, inclusive nos mais escondidos sentidos que suscitavam novas e problemáticas apropriações.

O jornal francês “L’Homme Nouveau”, através do editorial – oportunidade em que mais uma vez saiu em defesa das teses de Plínio contra um jornal opositor (também considerado de matriz “esquerdista”) –, pode ser um exemplo de como essa regularidade discursiva acabou se tornando objeto de muitas investidas e apropriações, fazendo circular e formatar novos enunciados que, em última instância, adentravam na *ordem discursiva* anticomunista, projetavam novos pontos de objeção que, invariavelmente, eram colocados em destaque por quando do desenvolvimento das argumentações destinadas a rebater as considerações adversárias:

se o triunfo do comunismo significa a perda da fé, é melhor correr o risco de uma guerra atômica do que entregar sem combate o mundo inteiro ao comunismo. Não me faça pois dizer que prego uma guerra nuclear preventiva: amo a paz tanto quanto o Sr., mas receio a exploração do medo pânico da guerra, desse medo que faz dos pacifistas hipnotizados os melhores cúmplices dos belicistas. (CONTINUA, N° 166, 1964)

Cabe reafirmar que a principal argumentação defendida na passagem acima – antes uma guerra nuclear do que permanecer sob o domínio comunista – foi baseada exclusivamente no estudo LIEC. O próprio Plínio, diga-se de passagem, na última matéria que escreveu em resposta às considerações de Z. Czajkowski, fez questão de reafirmar a sua própria tese, não deixando dúvida de que o cenário hipotético por ele traçado na sua obra ainda fazia sentido, passível de ser utilizado ao menor sinal de ameaça comunista:

Passemos à terceira questão: a da liceidade da coexistência entre católicos e comunistas, sob um regime comunista - solidarizando-se aqueles com o regime da comunidade de bens, ou silenciando a respeito - não mais em tese, mas na hipótese de ser esse o único meio de evitar a guerra atômica. Começo por observar que, segundo o Sr., o mundo está colocado, numa alternativa cruel: se os anticomunistas não

aceitarem um regime político-social estabelecido sobre a comunidade de bens, corremos todos para a destruição termonuclear. Em todo caso, se a necessidade de escolher vier a se apresentar, não lhe escondo que a minha escolha está feita. (OLIVEIRA, Nº 170, 1965)

É preciso mencionar que não é objeto deste estudo analisar de forma detalhada a obra de Plínio, entretanto, cabe destacar a intensidade com que as ideias veiculadas circularam entre os setores católicos e não católicos, partidários ou contrários aos argumentos defendidos, nas mais diversas regiões do Planeta (como atestam as inserções reproduzidas pelos jornais católicos de Paris). No caso do embate com a Revista polonesa, essa questão foi levantada por Plínio, quando, de forma irônica, indagou seu oponente sobre os motivos que o teriam levado a escrever uma “carta aberta”. Com essa manobra acabou inserindo mais um ingrediente na forma que entendia ser a realidade dos católicos na Polônia:

Foi apenas o interesse do tema de que me ocupei, que lhe deu a idéia de me escrever uma carta aberta, ou será que o próprio texto de meu estudo penetrou na Polônia, repercutiu em certos meios, e em conseqüência inspirou ao Sr. o desejo de lhe opor uma refutação pública? Nesse caso ainda, creio que o Sr. achará natural meu desejo de saber como é que "A liberdade da Igreja no Estado comunista" entrou e se difundiu aí, e de que natureza terá sido a repercussão que ele possa ter causado. (OLIVEIRA, Nº 170, 1965)

Foi deste modo, então, por vezes ironizando, por vezes teorizando sobre questões filosóficas relativas às construções argumentativas do seu oponente que a última matéria da polêmica foi estampada em *Catolicismo*. As palavras de Plínio, com erudição que lhe era peculiar, projetaram algumas considerações que entravam no rol das assertivas anticomunistas, o que evidencia todo um esforço empreendido pelo autor de LIEC em caracterizar o modo como os comunistas, a seu ver, classificavam os católicos:

para os marxistas, os católicos devem ser divididos, nesse particular, em duas categorias: 1 – os que não "deslizaram", aqueles que têm fé numa doutrina historicamente revelada, objetiva e absolutamente verdadeira, e que, pois, rejeitam o relativismo hegeliano; 2 – os outros, que "deslizaram", e para os quais a doutrina católica e a doutrina marxista não são, uma em face da outra, mais do que constelações de teses e de antíteses, contendo cada uma, ao mesmo tempo

que as escórias das formulações impuras, a síntese que através delas forceja dialeticamente por vir à luz. (OLIVEIRA, N° 170, 1965)

É possível perceber, também, como o autor foi inserindo, no desenvolvimento da sua argumentação, todo um complexo jogo de *representações* que definiam, de maneira muito clara, as práticas inerentes aos comunistas, “Os primeiros são inimigos irreduzíveis, em toda a extensão do termo. Contra eles não se emprega a discussão nem a polêmica, mas o campo de concentração, a prisão ou o pelotão de fuzilamento”, ao mesmo tempo em que sublinhava e condenava as práticas dos católicos que, indiretamente, cooperavam para a realização do projeto comunista:

Os outros são, no fundo, colaboradores, que aceitam a base filosófica do marxismo – isto é, a doutrina relativista – que esgrimindo na aparência contra este, mantêm com ele o jogo absolutamente pacífico do diálogo, e o ajudam, por meio da fricção, a destilar na tese e na antítese de hoje a síntese de amanhã. (OLIVEIRA, N° 170, 1965)

### **3 “Por que tanta severidade para uns e tanta condescendência para outros?”: D. Vicente Scherer na Revista *Catolicismo*.**

A trajetória do grupo de *Catolicismo* pode ser caracterizada, entre outras questões, pela constante confrontação de ideias de ordem política e doutrinária com diversos grupos e instituições. Dentre estes, as divergências com membros das hierarquias católicas assumiram um papel de destaque ao longo da década de 1960<sup>18</sup>.

A historiografia que se debruçou sobre as características assumidas pelo modelo de prática institucional das TFP brasileira (ZANOTTO, 2007), (em consequência, características que podem ser estendidas aos membros e colaboradores da Revista), indica que as suas relações com alguns setores da Hierarquia católica foram caracterizadas por diversos desentendimentos e disputas. As divergências (políticas e doutrinárias), por vezes, eram mútuas e repercutiram, inclusive, em jornais da grande imprensa.

O caso que será analisado nesta seção corresponde a um conflito entre o Grupo brasileiro e o Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre, D. Vicente Scherer<sup>19</sup>. A

<sup>18</sup>Sempre levando em conta o contexto marcado pelo golpe de 1964, bem como os embates e disputas políticas suscitadas a partir das renovações práticas, doutrinárias e teóricas da Igreja Católica na década de 1960.

<sup>19</sup>D. Vicente Scherer, entre 1914 a 1924, cursou o Seminário dos Jesuítas na cidade de São Leopoldo, RS. Complementando sua formação teológica, estudou na Universidade Gregoriana, em Roma. Nesse contexto, acabou sofrendo profunda influência ultramontana, tendo, inclusive, prestado o juramento “anti-modernista”, elaborado por Pio X. Ao final de sua formação foi designado como secretário de D. João Becker, então Arcebispo de Porto Alegre, até 1946 quando foi nomeado Bispo Auxiliar, assumindo o arcebispado no ano seguinte (KASPER, 2012). Conduziu essa função por 34 anos (1947 a 1981), tendo passado por vários e conturbados momentos políticos e institucionais, sendo um protagonista com uma voz bastante ativa. O elevado número de anos em que permaneceu à frente dos assuntos religiosos da região metropolitana de Porto

“origem” desse confronto se deu em função dos pronunciamentos do Arcebispo contra posicionamentos políticos-doutrinários do Grupo de *Catolicismo*, que, por sua vez, reagiu, defendeu-se e contra-atacou, tendo o *dispositivo anticomunista* acionado intensamente e por inúmeras vezes no embate.

É necessário destacar, entretanto, uma peculiaridade desse confronto: no período em que ocorreu a confrontação, D. Vicente Scherer se caracterizava por ser possuidor de uma postura tradicional, em que se sobressaia seu profundo anticomunismo<sup>20</sup>, apresentando, portanto, um comportamento político característico dos setores considerados conservadores. Este embate, se comparado com os analisados anteriormente, sinaliza para mais uma especificidade do Grupo de *Catolicismo*, qual seja, a sua postura de intransigência aos mais ínfimos sinais de relativização do perigo comunista, mesmo que provindo de setores ou sujeitos marcadamente conservadores.

Para entender o confronto é preciso recuperar a repercussão, iniciada entre dezembro de 1964 e janeiro de 1965, em torno de um IPM (Inquérito Policial Militar). Instaurado para investigar setores do catolicismo sul-riograndense (apostolado dos leigos) e as suas possíveis ligações com comunistas (incluindo nesse bojo católicos com posturas marxistas), este Inquérito provocou diversos pronunciamentos do Arcebispo D. Vicente Scherer, presidente da Ação Católica de Porto Alegre, cuja transmissão se dava, principalmente, através da grande imprensa da capital do Rio Grande do Sul. Suscitou, também, a publicação de uma carta endereçada ao Tenente Coronel do Exército Ruy C. Gonçalves, responsável pelo referido IPM. Nesta carta (também publicada nos principais jornais de Porto Alegre), D. Vicente enumerou considerações em defesa dos membros de sua arquidiocese.<sup>21</sup> Foram questões que, de maneira geral, ao mesmo tempo em que faziam uma defesa explícita em relação aos membros pertencentes à sua jurisdição religiosa, no que referia a possíveis relacionamentos com membros da Ação Popular (AP), também explanavam toda a contrariedade do prelado em relação à referida organização, assinalando, mais uma vez, seu profundo anticomunismo.

O contexto político dessa querela envolvendo o Arcebispo e os quadros leigos do catolicismo sul-riograndense pode ser caracterizado pelo fato do governo militar ter dado início à “caça aos comunistas”, investigando aqueles lugares e setores onde, possivelmente, estariam concentrados os focos de “subversão”. Os setores leigos do catolicismo (JUC, JEC, JOC) foram vistos como um foco em potencial. Foi exatamente contra esta ação dos militares que o Arcebispo se manifestou, o que evidencia uma considerada transformação de sua postura política explicitada até então.<sup>22</sup>

A edição 171 da Revista *Catolicismo* (março de 1965), através de uma matéria do articulista Cunha Alvarenga, repercutiu o episódio que girou em torno do IPM tratando de qualificá-lo enquanto um “lamentável exemplo de concurso prestado à subversão social”.

---

Alegre, também pode ter um peso muito grande quando se questiona o tamanho da sua influência não só religiosa, mas especialmente política, no seio da sociedade do seu tempo.

<sup>20</sup>Sobre as manifestações anticomunistas de D. Vicente Scherer ver Bett (2011).

<sup>21</sup>Sobre a repercussão do episódio na imprensa de Porto Alegre ver em Bett (2010 e 2014).

<sup>22</sup>Ver Bett (2014).

Nesta matéria, Alvarenga separou um trecho “significativo” do relatório do IPM, o qual foi publicado nos principais periódicos do Rio Grande do Sul à época:

Em resumo: a AP ou Grupão é um movimento de esquerda, originado pelo desejo de ação política de elementos da JUC, de tendências socialista [...] infiltrados e dominados por socialistas de extrema esquerda e marxistas [...] Seus processos de ação, sua incipiente organização, suas inegáveis ligações político-estudantis com marxistas e comunistas, suas ações no campo da cultura popular, em nada se afastam da linha pura comunista [...] O encarregado deste IPM é de parecer que a inclusão dos nomes de Sacerdotes e instituições religiosas neste IPM se deve essencialmente à participação de elementos da JUC, JEC e Ação Católica na AP. (ALVARENGA, 171, 1965)

Foi a matéria de Cunha Alvarenga, acima citada, que provocou a ira do Arcebispo Metropolitano, cuja manifestação de sua contrariedade se deu através de uma carta, direcionada aos editores de *Catolicismo*. A edição de número 175 (mês de julho de 1965) da Revista trouxe duas páginas inteiras destinadas a repercutir esta carta. A disposição gráfica ficou exposta da seguinte maneira: na primeira página da matéria foi publicada a carta do Arcebispo na íntegra, seguida de uma Alocução Semanal do prelado, datada de 11 de janeiro. Por último, ainda na mesma página, ficou disposta a matéria de Cunha Alvarenga, a qual teria sido a grande motivadora da confecção da carta do Arcebispo. Na segunda página, *Catolicismo* publicou a matéria que trazia os dizeres “Resposta de *Catolicismo* a uma carta do Exmo. Revmo. Sr Arcebispo de Porto Alegre”, intitulada (com letras garrafais, maiúsculas e em negrito) “*Ação Popular e Ação Católica*”, dando conta de indicar, já no próprio título, o sentido e o direcionamento das argumentações, uma vez que a polêmica girou em torno da possível “infiltração” marxista nos quadros da Ação Católica de Porto Alegre, através da influência de membros da AP.

A carta de D. Vicente imprimiu severas críticas ao Grupo católico. Os argumentos recaíram sobre o fato de Cunha Alvarenga ter “encampado piamente” as declarações do Coronel Ruy Gonçalves: “A minha surpresa e meu aborrecimento se devem a isso que as declarações do Coronel, referentes à Ação Católica de Porto Alegre são completamente improcedentes” (Scherer, N° 175, 1965), protestou o prelado. Por outro lado, D. Vicente questionou os motivos que suas Alocuções, escritas em defesa da Ação Católica e frequentemente publicadas em jornais porto-alegrenses, não terem sido privilegiadas no artigo de Cunha Alvarenga. Sobre esse aspecto, disparou: “Será que para *Catolicismo* mais vale a palavra de um senhor Coronel encarregado de um IPM, do que a palavra, no caso irrespondível, de um bispo católico?” (Scherer, N° 175, 1965). Antes de solicitar que *Catolicismo* fizesse uma retificação das “falsas acusações”, D. Vicente foi ainda mais incisivo em suas críticas:



O CATOLICISMO parece que tomou por missão varrer o lixo que seus diligentes colaboradores encontram na Igreja, de norte a sul do país. Nada tenho, em si, a ver com isso. Mas, não será um dever de consciência investigar previamente se têm fundamento as críticas que pretendem publicar? Julgo desnecessária sua interferência no Rio Grande. Procuramos executar um programa positivo de pastoral e não deixamos de corrigir, quando possível, exageros, erros e desvios, infelizmente sempre possíveis numa comunidade de frágeis criaturas humanas, principalmente num período de transição como este em que vivemos. (SCHERER, N° 175, 1965)

Antes de passar para a análise da resposta emitida por *Catolicismo* ao Arcebispo, é preciso reforçar que D. Vicente Scherer, a partir dos discursos das suas “Alocações Semanais” no período, pode ser considerado uma das vozes mais ativa que ecoou denúncias de “infiltração” comunista nos mais diversos setores da sociedade brasileira na época. Os jornais de Porto Alegre (especialmente o *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias*) foram os principais canais difusores do anticomunismo do prelado, especialmente a partir de junho de 1961 quando as “Alocações Semanais do Arcebispo Metropolitano” – originalmente transmitidas nas segundas-feiras no programa radiofônico denominado “A voz do pastor” – passaram a serem publicadas nas páginas dos periódicos, todas as terças-feiras. (BETT, 2010)

Portanto, mesmo essa postura reconhecidamente de um anticomunista fervoroso, atuante e combativo não foi o suficiente para amenizar a severa resposta de *Catolicismo* à sua carta, o que permite aferir o radicalismo do Grupo quando poderia estar em jogo algum questionamento de sua postura, principalmente relacionada ao combate anticomunista. Inseridos na doutrina contra-revolucionária, os membros de *Catolicismo* estavam imbuídos de sua visão intransigente e de uma consequente ânsia de combate frente ao que consideravam – ou construíam discursivamente – o avançar da revolução comunista dentro e fora da Igreja.

O primeiro aspecto que foi mencionado pelos editores de *Catolicismo* contra D. Vicente Scherer girou em torno daquilo que entenderam ser um “contraste”: o tratamento do prelado dado para com os “desvios” de sua arquidiocese em relação à severidade com que interpretou o pronunciamento de Cunha Alvarenga. Nesse ponto ficou demarcado o estabelecimento de uma desconfiança quanto ao real posicionamento político do Arcebispo:

Esse duro contraste faz subir a nossos lábios uma pergunta melancólica: por que tanta severidade para uns e tanta condescendência para outros? Embora miseros coletores de

lixo, não somos também nós ‘frágeis criaturas humanas’ que vivem ‘num período de transição?’ (AÇÃO POPULAR, N° 175, 1965)

Respondendo às indagações de D. Vicente Scherer, especialmente aquelas que criticaram a postura de Cunha Alvarenga em se apropriar do discurso do Coronel encarregado do IPM, sem “ouvir” a versão do Arcebispo, *Catolicismo* justificou essa medida enquadrando o posicionamento do articulista dentro do contexto do processo que motivou a derrubada do governo de João Goulart, reforçando, inclusive, a visão de que os grupos “esquerdistas” continuavam atuando com a participação de grupos católicos:

E por que havia Cunha Alvarenga de suspeitar, sem mais, da improcedência das conclusões do Cel. Ruy Gonçalves, quando todo o Brasil está a par do caráter comunojanguista das atividades da Ação Popular? Por que havia Cunha Alvarenga de pôr em dúvida, sem mais, a existência de membros de certos setores da Ação católica macomunados com movimentos para-comunistas, quando para o país inteiro se tornou notória a atuação de extrema esquerda desenvolvida por líderes católicos [...]?(AÇÃO POPULAR, N° 175, 1965)

Foi a partir dessa visão, de inquietude referente aos grupos católicos com a atuação considerada de cunho esquerdista, que *Catolicismo* passou a questionar a posição de D. Vicente Scherer frente a esse cenário. Referindo sobre uma das alocações do Arcebispo, os editores da Revista suspeitaram do silêncio do prelado para questões consideradas fundamentais no jogo político daquele contexto:

A alocação se divide em duas partes. Em ambas se nota o extremo cuidado de seu respeitável autor em não tomar qualquer posição com referência a um problema que tanto empolgou a opinião publica: era a AP uma organização comuno-janguista? (AÇÃO POPULAR, N° 175, 1965).

Cabe destacar que os estudos históricos que se debruçaram sobre a temática anticomunista, especialmente no contexto brasileiro da década de 1960, salientam que não tomar partido ou demonstrar-se neutro nas questões políticas, invariavelmente poderia ser caracterizado se não como um agente direto do comunismo, mas enquanto, no mínimo, um cooperador para a “infiltração” e propagação comunista<sup>23</sup>. Parece ter sido essa uma das intenções de *Catolicismo*, conforme atestam alguns pontos da matéria, além

<sup>23</sup>Sobre esse aspecto ver Motta (2002), Rodeghero (2003) e Bett (2010).

do fato de representar as ações de D. Vicente como não condizentes à sua posição de Arcebispo, ao menos na forma como essa posição era entendida e preconizada pelo grupo de *Catolicismo*.

A longa resposta de *Catolicismo* seguiu no sentido de justificar a atitude de Cunha Alvarenga, ao mesmo tempo em que atacava D. Vicente Scherer, especialmente destacando seu neutralismo acerca dos problemas da Ação Católica de Porto Alegre: “Quanto às suspeitas veementes de comuno-janguismo, surgidas contra a Ação Popular em setores ponderáveis da opinião pública, o Exmo. Arcebispo toma uma atitude de quem está a igual distância de as aceitar ou de as rejeitar”. E, insistia em determinar que o prelado assumisse a sua posição, especialmente nas questões relacionadas entre os partidários de João Goulart e membros do catolicismo:

Pedimos vênia a S. Excia. Para ponderar que não parece possível em sã lógica tomar posição [...] em toda esta matéria, permanecendo na inteira ignorância deste ponto sem o qual nada se entende nem se explica: qual era afinal a relação entre AP e o jango-comunismo. (AÇÃO POPULAR, N° 175, 1965)

Destaca-se, ainda, o tom agressivo com que as palavras do Arcebispo foram rebatidas, bem como a forma irônica com que algumas das passagens foram desdenhadas pelos redatores do mensário. Ao mencionar “infiltração comunista” no catolicismo, os autores da matéria assim se posicionaram:

Somos os pobres lixeiros da Igreja. Numa época em que numerosos documentos pontifícios atestam a realidade que estoura aos olhos de todos, isto é, a existência de perigosas correntes doutrinárias no seio da Igreja, a luta dolorosa entre todas [...] é assim depreciativamente qualificada por um ilustre Antistite católico. (AÇÃO POPULAR, N° 175, 1965)

Essa breve análise do embate entre D. Vicente Scherer e a Revista *Catolicismo* demonstra que, mesmo o prelado tendo uma trajetória reconhecidamente anticomunista, na ótica de *Catolicismo*, esse aspecto acabou não tendo muita importância quando esteve em jogo desavenças que giraram na órbita da desconfiança de “infiltração” comunista nos quadros da Ação Católica, sob a sua responsabilidade, o qual passou a ser visto enquanto um religioso que não atuava de um modo verdadeiramente católico, na medida em que se portava de forma dúbia em relação ao posicionamento anticomunista. Será com uma atmosfera relativamente parecida com essa que o Grupo de *Catolicismo* adentrará em mais um embate na década de 1960. O próximo tópico do artigo vai demonstrar que o esforço combativo do Grupo era de tamanha intensidade que até mesmo a mais alta entidade

católica nacional entrará para o rol daqueles setores considerados adversários quando se estava em pauta qualquer indício de ameaça comunista.

#### 4 A Campanha Antidivorcista da TFP e a CNBB

Em julho de 1966, a Revista *Catolicismo* trouxe, em todas as matérias da edição 187 (inclusive na matéria de capa), a repercussão do movimento antidivorcista iniciado pela TFP através de um abaixo-assinado<sup>24</sup>, direcionado ao então Presidente da República, Marechal Castelo Branco, aos Presidentes do Senado e da Câmara Federal e ao Episcopado Nacional. O tom dramático da chamada da matéria indica o quanto essa questão pesou em importância para os membros da Revista: “TFP promove triunfal manifestação dos sentimentos antidivorcistas do Povo Brasileiro. Apêlo aos altos Podêres Cívicos e Eclesiásticos em prol da família brasileira”. Naquele contexto estava tramitando no Congresso Nacional o projeto de um novo Código Civil que, entre outras questões, previa a regulamentação do divórcio<sup>25</sup>. A mobilização da TFP contra o projeto do novo Código foi amplamente repercutida em *Catolicismo*. As duas edições seguintes (agosto e setembro) também imprimiram matérias sobre o tema. No total foram três matérias de capas seguidas – algo inédito, até então, na Revista brasileira – dando ênfase para um mesmo assunto (nem mesmo no contexto do Golpe de 1964 houve tamanha mobilização acerca de uma mesma demanda). Cabe salientar que a campanha antidivorcista não ficou restrita ao mensário. Diversos canais de comunicação, principalmente aqueles da grande imprensa escrita, também repercutiram amplamente o imbróglio envolvendo a TFP<sup>26</sup>.

Um capítulo importante dessa nova proposição do Grupo de *Catolicismo* foi trazido na edição 188, de agosto de 1966. A Comissão Central da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) emitiu uma nota (no dia 17 de junho) censurando a iniciativa tefepista. A nota da CNBB, transcrita abaixo (de acordo com *Catolicismo*, essa nota teria sido publicada de forma integral em forma de notícia em “toda a imprensa do país”), foi o estopim para o início de um conflito aberto entre o Grupo da TFP (e de *Catolicismo*) e a CNBB.

A Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil tomou conhecimento por documento que lhe foi enviado por diversos Arcebispos e Bispos, da atuação de um

<sup>24</sup>Segundo informações da própria Revista *Catolicismo*, esse abaixo-assinado teria sido um dos maiores empreendidos pela TFP com a coleta de, aproximadamente, um milhão de assinaturas.

<sup>25</sup>A discussão em torno da aprovação do divórcio remota à década de 50 por quando das primeiras iniciativas. De acordo com Almeida (2010), trata-se de um movimento que demarcou a inserção do Brasil nos preceitos da modernidade, a partir do aceleração dos processos de secularização. O debate em torno da questão do divórcio estendeu-se até meados da década de 1970.

<sup>26</sup>O texto do abaixo-assinado foi publicado na íntegra nos seguintes periódicos: "Folha de S. Paulo, "Diário de Notícias" (Rio de Janeiro), "A Voz do Povo" (Bom Jesus do Itabapoana – RJ), "O Globo" (Rio de Janeiro). Resumos foram publicados em "A Nação" (Florianópolis), "O Estado" (Florianópolis), "Correio do Ceará" (Fortaleza), "Folha" (São Carlos- SP), "Jornal do Comércio" (Recife), "A Notícia" (São José do Rio Preto – SP) "Diário de Pernambuco" (Recife).

grupo de católicos que assumem atitudes contrárias às normas pastorais dos seus legítimos e autênticos Pastores diocesanos. Conquanto tais pessoas se agrupem comumente na Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, sociedade civil, e portanto independente da Hierarquia, costumam tomar posições que envolvem diretamente a doutrina e disciplina da Igreja e não representam o pensamento da Comissão Central do Episcopado Brasileiro. Sirva esta nota não só para exortar aqueles católicos à obediência aos autênticos Pastores, como também para acautelar os demais acerca das atividades da referida organização. (A TFP, N° 188, 1966)

Foi o início, também, para que o *dispositivo anticomunista* fosse acionado contra a mais alta entidade do catolicismo nacional. Compreender como a campanha antidivorcista foi inter-relacionada com a “questão comunista” e como, de outra parte, a CNBB acabou sendo inserida nessa querela são os objetivos a serem perseguidos nessa seção.

Desvelar mais essa incursão discursiva presente em *Catolicismo* poderá contribuir para o entendimento de mais uma faceta do complexo leque de possibilidades com que foi necessário o desencadear do *dispositivo anticomunista* na década de 1960. Era preciso demarcar, demonstrar e esclarecer todas as possibilidades de “infiltração” do inimigo e, assim, alertar a sociedade para a iminência de novas conquistas, assim entendia o Grupo de *Catolicismo*, no campo da luta ideológica.

Para que se possa compreender como o *dispositivo anticomunista* foi acionado contra a CNBB, sobretudo a representatividade que esse dispositivo pode ter alcançado ao ser lançado contra a entidade católica, é preciso compreender, entretanto, de que forma o *dispositivo anticomunista* também foi acionado por ocasião das primeiras publicações da Revista que se debruçaram sobre o projeto do novo Código Civil, especificamente sobre aquele ponto mais sensível: a legalização do divórcio.

Na Revista *Catolicismo*, é possível destacar duas narrativas possíveis de serem lidas que demarcaram, efetivamente, a contrariedade do grupo com relação às resoluções do novo Código. A primeira narrativa se encaixou na visão de que a aprovação seria um golpe contra a instituição da família cristã, católica nesse caso. O novo Código era uma afronta às tradições cristãs do Brasil e potencializaria a possibilidade para o aceleramento da desintegração da família católica.

Com filial respeito, suplicamos igualmente ao Venerando Episcopado Nacional – neste momento de aflição e de perigo como outro não houve para a instituição da família nos quatro séculos de nossa história – que faça ouvir sua grande e poderosa voz, alertando para a luta contra o atual

projeto de Código Civil, o povo tão profundamente cristão de nosso amado País. (EDITORIAL, N° 187, 1966)

A outra narrativa possível de ser lida tratou do assunto utilizando dos mesmos artifícios operacionalizados por ocasião do contexto pós-golpe de 1964, cuja visão de uma continuidade da periculosidade comunista, mesmo com a destituição de Jango, ainda era perceptível aos olhos dos tradicionalistas. Desse modo, o projeto do novo Código Civil acabou sendo entendido como mais uma manifestação dos desdobramentos do perigo comunista de outrora – antes do golpe – só que, desta feita e justamente pela detecção de sua presença, o perigo se manifestava de outras formas, menos perceptíveis, mas não menos nocivas, que os redatores de *Catolicismo*, logo após o golpe, denominaram de “janguismo sem Jango”<sup>27</sup>:

Foi remetido ao Congresso Nacional, e já está tramitando na Câmara dos Deputados, o projeto de novo Código Civil. Esse projeto, elaborado por uma Comissão instituída em 1963, traz em si os estigmas do ambiente ideológico que o janguismo visava perpetuar, e que a Revolução de 31 de Março banuiu do País. (EDITORIAL, N° 187, 1966)

O que tornou possível uma dinamicidade maior de toda a contrariedade do Grupo de *Catolicismo* acerca da proposta de um novo Código Civil foi justamente a interposição das duas narrativas acima apresentadas. Em diversas passagens das publicações é possível evidenciar que o projeto seria um artifício desagregador da família brasileira justamente por apresentar as mesmas concepções “ideológicas” dos comunistas<sup>28</sup>. Era difícil para os tradicionalistas entenderem como seria possível ventilar uma ideia concebida pelos mesmos preceitos comunistas num cenário que, em tese, deveria estar imune às investidas dos “vermelhos”: “Consideramos inexplicável que, depois da Revolução de 31 de Março, uma tal propositura tenha sido apresentada ao Congresso, e possa, pois, ser transformada em lei. Esse projeto fere a fundo a tradição cristã da família brasileira”. (EDITORIAL, N° 187, 1966)

Ficou estabelecido, então, que quem fosse partidário das resoluções do novo Código ou quem se mostrasse contra a campanha antidivorcista empreendida pela TFP, necessariamente se coadunaria com os propósitos comunistas, necessariamente se mostraria como mais um cooperador do processo de destruição da instituição “família”, processo plenamente entendido enquanto um anseio dos postulados comunistas:

<sup>27</sup>Ver Bett (2013).

<sup>28</sup>Cabe destacar que muito dos preceitos anticomunistas presentes no cenário político e social brasileiro pautaram suas assertivas na visão de que o comunismo visava à destruição da família e da moral. No período anterior ao Golpe de 1964, por exemplo, é possível evidenciar que, nas representações anticomunistas, arregimentadas por ocasião das “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, a questão “família” se tornou ponto primordial na conflagração da representatividade da ameaça comunista daquele contexto. (MOTTA, 2002) e (ALMEIDA, 2010)

Digno de relevo ainda, para mostrar o vigor do apoio popular, é o fato de que a campanha da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade logrou seu êxito em meio a uma carga cerrada de veladas restrições e de difamações mesquinhas, quase sempre procedentes de arraiais comuno-progressistas ou divorcistas. Mostravam-se estes, assim, bem cientes de que esta Sociedade opunha intransponíveis obstáculos a seus censuráveis desígnios. (EDITORIAL, N° 187, 1966)

Para além dessa classificação, também é possível evidenciar que as matérias buscaram caracterizar a prática dos grupos que, de alguma forma, não estariam afinados com os preceitos católicos na busca pela manutenção do *status quo* da organização familiar brasileira. Essa não foi uma manobra exclusiva dessa confrontação, contudo é pertinente demonstrar e ressaltar que a sua utilização ajuda a compreender tamanho esforço desenvolvido pelos redatores de *Catolicismo* com vistas a desqualificar seus oponentes, além de possibilitar a inserção de mais uma assertiva que pode ter cooperado na representatividade dessa contrariedade por ocasião do acionamento do *dispositivo anticomunista* contra a CNBB. A passagem abaixo, ao mencionar conflitos por quando da coleta de assinaturas (abaixo-assinado para a campanha antidivorcista) dos membros da TFP, demonstra como se deu o processo de caracterização dos adversários vinculando-os às práticas comunistas:

Em Belo Horizonte chegou-se à violência física. No dia 4 do corrente, um grupelho de jovens – certa imprensa noticiou bombasticamente que eles eram 2 mil – bloquearam durante uma hora e meia as bancas de coleta de assinaturas da TFP na Praça 7 de Setembro, atirando contra elas bombas de estampidos e outros fogos, com o intuito de atemorizar e dispersar os transeuntes. Este é o modo pelo qual, nos setores comuno-progressistas e afins, se entende a liberdade de opinião do povo: liberdade é só para a esquerda, e como povo só se conhece o punhado de agitadores que o esquerdismo logra fanatizar e arregimentar, bem como os poucos sequazes que estes conseguem levar atrás de si [...] Em São Paulo houve início de semelhante ato arda, que trazia as mesmas características e a mesma marca de fábrica. O DOPS fê-la cessar desde logo, com seu conhecido zelo pela tranqüilidade pública. (EDITORIAL, N° 187, 1966)



Em outra passagem, a mesma vinculação, com uma caracterização ainda mais evidente. Ser partidário do divórcio ou contrário à campanha antidivorcista entraria no mesmo rol das práticas inerentes às estratégias marxistas na promoção da “luta de classes” e na desintegração da família:

Esta objeção ao abaixo-assinado da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade deixa bem claro o que é o povo para certos setores esquerdistas: uma multidão que se tenta embriagar com demagogia para promover a luta de classes e a desagregação da família, e que se deseja jugular e reduzir tiranicamente ao silêncio quando ela resiste aos tufões do esquerdismo e se exprime no sentido favorável à Tradição, à Família e à Propriedade. (EDITORIAL, Nº 187, 1966)

Como se pode verificar a partir do exposto, quando da publicação da edição 188 de *Catolicismo*, de agosto de 1966, a querela envolvendo a TFP e a CNBB já estava posta. Pode ser pertinente recuperar a periodicidade com que o embate foi se desdobrando naquele contexto, uma vez que as publicações das edições de *Catolicismo* não coincidiram exatamente com a datação dos acontecimentos. O início da campanha antidivorcista da TFP se deu no dia 2 do mês de junho, sendo que somente na edição de julho foi publicada na Revista. De acordo com os registros<sup>29</sup>, ainda no mês de junho, o então Presidente da República havia retirado o projeto do Código Civil do Congresso, algo que só foi repercutido em julho na Revista *Catolicismo*. Da mesma forma, o pronunciamento da CNBB, publicado no dia 17 de junho, foi repercutido somente na edição de agosto.

Tendo por base esses registros, pode-se verificar que existiu um período significativo de preparo das matérias, aspecto que ganha em representatividade quando se coloca em questão as intencionalidades de cada publicação. Quando da resposta emitida pela TFP contra o comunicado da CNBB (publicado na grande imprensa no dia 23 de julho), todas as estratégias argumentativas já vinham sendo construídas há pelo menos 30 dias. Já se sabia como e em quais os pontos contra-atacar.

Como referido anteriormente, após a publicação da nota da CNBB, a TFP saiu em defesa própria. Ao mesmo tempo, promoveu um contra-ataque bastante severo contra a entidade dos Bispos. Por outro lado, a questão que envolveu o debate acerca do projeto do novo Código Civil também havia sofrido uma pausa, na medida em que o Presidente da República havia retirado o projeto do Congresso para um “reexame”. Essa manobra foi entendida pelos redatores de *Catolicismo* como sendo profundamente influenciada pela campanha antidivorcista empreendida pela TFP: “por certo figurou o anelo das muitas centenas de milhares de brasileiros que assinaram o apelo antidivorcista da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade”.

<sup>29</sup>Da própria Revista *Catolicismo* e do jornal Folha de São Paulo do dia 16 de junho de 1966.

Desta forma, assumindo a responsabilidade pela vitória no processo contra a legalização do divórcio, a TFP se viu em plenas condições de responder, publicamente, ao comunicado da CNBB. A Revista *Catolicismo* viabilizou isso. O título na capa da edição de agosto anunciava essa (contra) investida: “*A TFP ao Público: Respeitosa defesa em face de um comunicado da Veneranda Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil*”. Tratava-se de um longo manifesto datado do dia 22 de julho, assinado pelos principais membros do Conselho Nacional da TFP.

No momento da publicação da edição de agosto, o *dispositivo* anticomunista já havia sido lançado contra toda forma de opinião contrária à campanha antidivorcista e contra qualquer apoio advindo daqueles considerados “divorcistas”, simpatizantes dos postulados do Código Civil. Antes mesmo da publicação do manifesto da CNBB, o *dispositivo* já estava em posição, já havia produzido suas demarcações, inclusive através de matérias publicadas na grande imprensa nacional. Os manifestos que se seguiram ao primeiro colocaram, ainda mais, pulsão no acionamento do gatilho contra todos os grupos ou instituições que se mostraram contrários aos postulados tefepistas, inclusive a entidade dos Bispos do Brasil. Após a censura acerca do movimento antidivorcista da TFP, vista anteriormente, a Comissão Central da CNBB se manifestou a favor das reformas do novo Código:

A Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em reunião ordinária, ao tomar conhecimento oficial do movimento de opinião pública em torno da defesa dos postulados cristãos, a serem garantidos no projeto do novo Código Civil, não só reconhece a oportunidade da iniciativa do Governo para a atualização das normas jurídicas do País, como não pode deixar de aplaudir a intenção dos homens responsáveis, que desejam um novo Código perfeitamente digno do monumento de fama internacional que até hoje esteve em vigor. [...] declaramos que muito nos conforta a preocupação, que nos parece ser dos poderes da República, de traduzir, no estatuto em preparação, o sentimento do povo brasileiro, em favor dos princípios que garantem o instituto da família, com todas as conseqüências que marcaram, até hoje, a honorabilidade da célula da sociedade no Brasil [...]. Não é, pois, verdade, segundo notícias veiculadas, que a Igreja, como tal, no Brasil, esteja empenhada na defesa explícita de interesses materiais seus, porventura ameaçados no art. 504 do projeto do novo Código Civil. O que, sim, queremos defender, em todas as suas implicações espirituais e morais, é o instituto da família brasileira. (A TFP. N° 188, 1966)

No comunicado seguinte, segundo matéria da Revista *Catolicismo*, a CNBB teria manifestado em relação ao Movimento de Educação de Base (MEB)<sup>30</sup>. No trecho separado pelos editores foram expostas as seguintes considerações: "a Comissão Central Diretora da CNBB [...] sente o dever [...] de afirmar solenemente que o MEB não pode ser acusado de subversivo ou comunista, apesar de erros ou falhas naturais em instituições humanas" (Editorial, Nº 187, 1966).

Os três comunicados, foram, então, apropriados e ressignificados pelos membros de *Catolicismo*. A tônica discursiva se deu de uma forma que privilegiou aquilo que consideraram “dois pesos e duas medidas” na manifestação da entidade, fazendo referência às diferenças da linha adotada para os apoiadores do “projeto de Código Civil divorcista, para com os cismáticos, os hereges”, e a outra adotada contra a TFP:

Com isto, ficou posta em difícil situação perante a opinião pública a TFP, não só porque um dos comunicados visava, de maneira severa e taxativa, esta entidade, como porque, em doloroso contraste, os outros dois se referiam de modo ameno e benigno ao projeto de Código que sub-repticiamente introduziu o divórcio em nossa legislação, e ao MEB, por muitos havido como comunistizante. (EDITORIAL, Nº 187, 1966)

Em outra passagem, a mesma referência:

Em outra ordem de idéias, e ainda com vistas à nossa defesa, cumpre acentuar que, diante da investida divorcista, a linguagem da nota da Veneranda Comissão Central é inspirada pela mais extrema benignidade. Veremos que essa benignidade também existe em relação ao MEB, mas falta de todo em todo quando se trata da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade. (EDITORIAL, Nº 187, 1966)

---

<sup>30</sup>O Movimento de Educação de Base (MEB) foi gerado durante a campanha presidencial de 1960, fruto de um acordo político entre setores da Igreja Católica e a candidatura de Jânio Quadros. O movimento foi criado a partir de um convênio entre o Governo Federal e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB. Enquanto a Igreja entraria com o pessoal, a organização e a execução do trabalho, o governo daria sustentação política e arcaria com os custos do projeto, os movimentos de educação e cultura popular. Vistos como parte da política de agitação e propaganda do Partido Comunista, foram violentamente perseguidos na sua quase totalidade. A repressão buscou provar de toda maneira a prática educacional “perniciosa e subversiva” dos movimentos. Suas ações culturais e educacionais, como, por exemplo, o teatro e a alfabetização de adultos, eram reduzidas à mais pura agitação comunista, e, por isso, merecedores de uma exemplar repressão. (TEIXEIRA, 2012)

Parecia inexplicável, aos olhos dos redatores de *Catolicismo*, a diferença de tratamento empreendida pela CNBB, ainda mais quando a campanha antiodivorcista recebeu apoio de um número considerável de Sacerdotes. Como poderia a mais alta entidade católica do país não atender aos anseios de boa parte do clero no que concernia à condenação da campanha divorcista?

É inexplicável que se tenha contra nossa campanha uma tal animadversão, apesar de sua triunfal acolhida na população, apesar do grande número de pessoas do mais alto relevo político e social que a ela tem aderido, apesar de terem assinado suas listas dezessete Srs. Arcebispos e Bispos, além de incontáveis Sacerdotes seculares, Religiosos e Religiosas. (EDITORIAL, Nº 187, 1966)

Como poderia uma instituição que, no processo do golpe de 1964 se manifestou a favor do direito de defesa de “comunistas e corruptos”<sup>31</sup>, não utilizasse o mesmo critério para uma entidade “toda voltada ao serviço e à defesa da Tradição, da Família e da Propriedade”? Os redatores do manifesto fizeram questão de demonstrar esse desequilíbrio na postura da CNBB: “Mostramos quanto esse procedimento para com filhos como nós difere do que se tem tido, sob o signo do ecumenismo e do diálogo da salvação, com o divorcismo, os acusados de comunistas e de corruptos, e os irmão separa dos heréticos ou cismáticos”.

### Considerações Finais

Com base no mapeamento dos principais e mais expressivos conflitos que existiram, no recorte temporal delimitado pela pesquisa, entre o Grupo de *Catolicismo* contra aqueles que passaram a ser considerados seus oponentes, o artigo apresentou as mais diversas situações nas quais se tornou imperativo a utilização do *dispositivo anticomunista*, cujo principal objetivo era a concretização de fronteiras identitárias com vistas a criar condições de exclusão e desqualificação dos seus adversários, além de permitir clarificações, classificações e caracterizações dos grupos/sujeitos/partidos que deveriam permanecer do outro lado da fronteira – simbólica e/ou concreta – daqueles considerados autênticos católicos.

Optou-se por analisar os conflitos separadamente, tornando possível, desta forma, identificar, com maior quantidade de dados, toda a complexidade inerente às querelas que permearam as páginas do periódico. Verificou-se, nesse sentido, que cada situação motivou um tipo de investimento combativo que se inseria na dinâmica conflituosa que caracterizou a década de 1960 no Brasil.

---

<sup>31</sup>Esse comentário dos redatores de *Catolicismo* apresentou como referência um comunicado da CNBB publicado no jornal O Estado de São Paulo, no dia 3 de junho de 1964, questão confirmada por GOMES e FERREIRA (2014).

O pano de fundo em que foram assentadas as determinações fundamentais dos embates fazia parte de um contexto mais amplo de disputas políticas que se subdividia em diversas nuances específicas, sendo aquela inserida no campo de disputas entre as posturas e visões de mundo tradicionalistas e progressistas a que marcou decisivamente o ritmo das ações. Cada um dos eventos, com sua especificidade, desencadeou uma série de articulações discursivas empreendidas sob o prisma do *dispositivo anticomunista* que mobilizou diversos setores, engendrou práticas e corroborou no processo de demarcação dos “amigos” e “inimigos” do catolicismo.

O caso do embate contra membros do PDC teve a ver, entre outras questões, com a diferente perspectiva de se perceber as transformações no âmbito do catolicismo e da política, em curso na década de 1960. Para os articulistas de *Catolicismo*, aventar com qualquer sinal de reformas estruturais, amplamente defendidas pela agenda da democracia cristã, nas questões “sagradas” aos setores tradicionalistas (reforma agrária – e seu correlato “propriedade privada” –, reforma urbana, reforma empresarial e outras) era sinal de uma interferência direta dos preceitos comunistas.

A regularidade discursiva que se apropriou dos enunciados das ações e ideias do PDC ganhou em densidade principalmente em momentos centrais da vida política brasileira naqueles anos 1960. A partir de um conjunto de apropriações e ressignificações, seus efeitos de verdade foram mobilizados em diferentes conjunturas, tanto aquelas que disseram respeito à disjunção interna do catolicismo, quanto aquelas do contexto da ruptura institucionais de 1964. É possível afirmar, portanto, que desses embates surgiu mais um elemento a congregar a base de sustentação de mais uma das facetas do imaginário anticomunista daqueles anos, composto pela apropriação e ressignificação das variações da “3ª via”, do “esquerdismo católico” e do “progressismo”.

Foi calcado na ideia da propagação do ideário progressista, e seu “anexo” mais temido – o comunismo –, que *Catolicismo* mobilizou suas frentes de combate contra outros periódicos católicos, vistos enquanto segmentos responsáveis pela concentração, arregimentação e difusão do progressismo na década de sessenta. Para isso, operacionalizaram de forma intensa e constante o dispositivo anticomunista. Conforme já referido acima, o artigo apontou que as divergências entre os periódicos católicos foram estabelecidas a partir do confronto de um conjunto de ideias inseridas nos debates estabelecidos em torno dos diversos modelos preconizados em relação às transformações do catolicismo naquele contexto (em meio à realização do Concílio Vaticano II).

Além disso, também foi possível evidenciar o quanto se tornou essencial alertar a sociedade católica, explicar a base de pensamento dos periódicos adversários, demonstrar quais os perigos que representavam naquele contexto, especialmente quando estes perigos tinham a ver diretamente com a propagação do ideário comunista, e como esse direcionamento e investimento contra os periódicos acabaram carregando consigo um arcabouço de novas representações referentes ao comunismo, suas possibilidades, estratégias e consequências.

Seguindo um modelo de atuação plenamente consolidado nos anos 1960, era de costume em *Catolicismo* a publicação integral dos textos dos seus adversários. Não foi

diferente em relação a esse embate, o que permitiu apreender a diferença de perspectiva e de ideário entre os grupos em confronto. De um lado, os setores tradicionalistas defendendo que até vivenciar uma guerra nuclear seria mais digno do que viver sob o domínio comunista, e, de outro, aqueles setores vinculados com o ideário progressista que afirmavam a necessidade de reconhecer os valores e avanços sociais resultantes do regime socialista. Duas perspectivas, duas visões de mundo que, aos olhos dos tradicionalistas, se tornavam incompatíveis, principalmente pelo risco representado à fé católica.

O tipo de polaridade política demonstrado acima foi característica na década de 1960, sendo possível apreender sua dinâmica nos mais diversos eventos. Os embates do Grupo de *Catolicismo* contra membros da Igreja Católica também estiveram inseridos na discussão mais abrangente acerca das diferentes perspectivas de se compreender o catolicismo, sua prática e doutrina, que irrompeu com grande intensidade no período analisado.

Ao se permitir adentrar na trama discursiva que foi estabelecida na confrontação do Grupo do periódico católico versus Clérigos, via demarcação da operacionalidade do *dispositivo anticomunista*, o artigo permitiu verificar a complexidade que envolvia as práticas dos atores que transitaram entre as questões políticas e religiosas daquele contexto, evidenciando a necessidade de se reconhecer as limitações dos usos de chaves interpretativas generalizantes para se compreender a mecânica das ações efetuadas. O fato de um grupo católico entrar em confronto com membros da alta hierarquia católica já se torna um indicativo da necessidade de se verificar os diferentes matizes e concepções que são inerentes ao campo católico. Isso pode ser ainda mais relevante, conforme a pesquisa constatou, quando se observa o caso que envolveu a querela entre D. Vicente Scherer e a Revista *Catolicismo*: por mais que D. Vicente Scherer, suas práticas e ideias possam ser consideradas de cunho estritamente anticomunista e, por conseguinte, de matriz conservadora, isso não foi relevante quando suas ações práticas não atingiram as expectativas – também anticomunista e conservadora – do Grupo de *Catolicismo*.

Cabe destacar, por outro lado, que a representatividade do perigo comunista não era percebida apenas quando se estavam em pauta assuntos políticos, mas também algumas questões de cunho social foram determinantes para a mobilização dos setores tradicionalistas. O projeto de um novo Código Civil (1966) que, entre outras medidas, previa a regulamentação do divórcio, pode ser incluído no rol dessas questões. Até então, poucas situações haviam mobilizado o Grupo de *Catolicismo* com tamanha intensidade quanto o tema do divórcio. A campanha antidivorcista empreendida pela TFP foi matéria de capa em três edições seguidas, mobilizou a grande imprensa do país, colheu milhares de assinaturas de apoio e, de quebra, desencadeou o embate entre a TFP (e o Grupo de *Catolicismo*) contra a CNBB.

A querela envolvendo *Catolicismo* e a CNBB contribuiu para aferir o entendimento de mais uma faceta do complexo leque de possibilidades que foi necessário para o desencadear do *dispositivo anticomunista* na década de 1960. Quem fosse partidário das resoluções do novo Código (visto como uma afronta contra as tradições cristãs) e se

mostrasse contra a campanha antidivorcista empreendida pela TFP, necessariamente promoveria os propósitos comunistas, necessariamente se mostraria como mais um cooperador do processo de destruição da instituição “família” e faria eco às estratégias marxistas no desenvolvimento da luta de classes.

Com base nestas questões, a pesquisa procurou explicitar o quanto era necessário, para os grupos tradicionalistas, demonstrar e esclarecer todas as possibilidades de “infiltração” e propagação comunista e, assim, alertar a sociedade para a iminência de suas novas conquistas, mesmo que isso fosse praticado em meio a um contexto ditatorial e contra a mais expressiva Entidade católica do país.

### Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Isabel de Moura. Rompendo os vínculos, os caminhos do divórcio no Brasil: 1951-1977. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Goiás. Faculdade de História, 2010.
- BETT, Ianko. Catolicismo e Cruzada: Revistas católicas e o imaginário anticomunista no Brasil e Argentina (1960-1967). Tese (Doutorado em história), PPGH – PUCRS, 2015.
- \_\_\_\_\_. “A Revolução Vitoriosa e a derrota das forças comunistas”: D. Vicente Scherer e o anticomunismo na grande imprensa de Porto Alegre pós-golpe de 1964. In *Interações*, Belo Horizonte. 2014
- \_\_\_\_\_. Janguismo sem Jango: O golpe militar de 1964 nas páginas da Revista Catolicismo. In: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal. *Conhecimento histórico e diálogo social*. Natal: Anpuh, 2013.
- \_\_\_\_\_. Facetas do anticomunismo católico na grande imprensa de Porto Alegre: D. Vicente Scherer e a infiltração comunista no Governo do RS. In XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. 2011.
- \_\_\_\_\_. A (re)invenção do comunismo: discurso anticomunista católico nas grandes imprensas brasileira e argentina no contexto dos golpes militares de 1964 e 1966. Dissertação (Mestrado em História), Unisinos. 2010.
- BETT, Ianko. SCIRICA, Helena. Catolicismo e Cruzada versus Igreja Católica: divergências políticas e o anticomunismo na década de 1960. Inédito. 2014.
- COELHO, Sandro Anselmo. O Partido Democrata Cristão: teores programáticos da terceira via brasileira (1945-1964). In *Revista Brasileira de História*. São Paulo. V. 3, Nº 46. 2003.
- FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. 1964 - o Golpe que Derrubou um Presidente, pôs fim ao regime democrático e Instituiu a ditadura. *Civilização Brasileira*. 2014.
- FOUCAULT, Michel. Soberania e disciplina. In: MACHADO, Roberto (org.). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- \_\_\_\_\_. *História da sexualidade I – a vontade de saber*. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- \_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.



- KASPER, Rafael. *Movendo as peças do tabuleiro: a atuação de D. Vicente Scherer à frente da Arquidiocese de Porto Alegre (1961-1981)*. Dissertação (Mestrado em História). Unisinos. 2012.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.
- OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. *Liberdade na Igreja no Estado Comunista. 1974*.  
\_\_\_\_\_. *Baldeação Ideológica Inadvertida e Diálogo*. 1974.
- REVEL, Judith. *Michel Foucault: Conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.
- RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul 1945-1964*. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2003.
- TEIXEIRA, Wagner da Silva. *Quando ensinar a ler virou subversão: a ditadura e o combate ao combate do analfabetismo*. In XVIII Encontro Regional da Anpuh-Mg; Mariana 2012.
- VEIGA NETO, Alfredo. *Foucault e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- ZANOTTO, Gizele. *Tradição, Família e Propriedade (TFP): as idiosincrasias de um movimento católico (1960 – 1995)*. Doutorado, Florianópolis, UFSC, 2007.
- \_\_\_\_\_. Plínio Corrêa de Oliveira e a TFP: um reacionário a serviço da contra-revolução. In *Esboços*. v. 9, n. 9. 2001.

### Fontes de pesquisa

- AÇÃO POPULAR e Ação Católica: Resposta de Catolicismo a uma carta do Exmo. Revmo. Sr Arcebispo de Porto Alegre. In *Catolicismo*, Nº 175, julho de 1965.
- AS AMBIGUIDADES da terceira posição focalizadas numa resposta irresponsável. In *Catolicismo*, Nº 157, janeiro de 1964.
- ALVARENGA, Cunha. 3ª Posição: É proibido perguntar, In *Catolicismo*, Nº 156, dezembro de 1963.
- ALVARENGA, Cunha. O Grupo Pax e Informations Catholiques Internationales: Progressistas franceses em conluio com órgão da polícia secreta polonesa. In *Catolicismo*, Nº 164, agosto de 1964.
- ALVARENGA, Cunha. Elites Católicas promovem sensualidade, luta de classes e subversão social. In *Catolicismo*, Nº 171, março de 1965.
- A TFP ao Público: Respeitosa defesa em face de um comunicado da Veneranda Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Filial convite ao diálogo. In *Catolicismo*, Nº 188, agosto de 1966.
- ATRÁS da Cortina de ferro. In *Catolicismo*, Nº 161, maio de 1964.
- CONTINUA acesa a polêmica em torno de “A Liberdade da Igreja no Estado Comunista”. In *Catolicismo*, Nº 166, outubro de 1964.
- CZAJKOWSKI, Zbigniew. Resposta à Carta aberta do Prof. Plinio Corrêa de Oliveira. In *Catolicismo*, Nº 170, fevereiro de 1965.
- EDITORIAL, Para desvendar um enigma: Em que consiste a “3ª Posição”? In *Catolicismo*, Nº 154, outubro de 1963.
- EDITORIAL. Murro brutal para responder a interpelação doutrinária: continua repercutindo a injustificada agressão. In *Catolicismo*, Nº 155, novembro de 1963.

- EDITORIAL. TFP promove triunfal manifestação dos sentimentos antidivorcistas do povo brasileiro. In *Catolicismo*. Nº 187, julho de 1966.
- JORNAL católico francês responde à carta aberta publicada em “Kierunki”. In *Catolicismo*, Nº 165, setembro de 1964
- OLIVEIRA. Plínio Corrêa de. Carta Aberta para além da Cortina de Ferro. In *Catolicismo*, Nº 162, junho de 1964.
- OLIVEIRA. Plínio Corrêa de. Diálogo, Coexistência e Hecatombe Termonuclear. In *Catolicismo*, Nº 170, fevereiro de 1965.
- REFORMA Agraria Questão de Consciência em 30 dias. In *Catolicismo*, Nº 140, agosto de 1962.
- SCHERER, D. Vicente. A carta do Exmo. Sr. D. Vicente Scherer. In *Catolicismo*, Nº 175, julho de 1965.
- VITA, Giocondo Mario. A Terceira-Força Católica e seu Exotérico Princípio de Socialização. In *Catolicismo*, Nº 165, setembro de 1964..